



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Theo Santini Antunes

**Livre Comércio *versus* Comércio Direcionado, Mudança Estrutural e
Desenvolvimento**

Brasília
2013

Theo Santini Antunes

**Livre Comércio *versus* Comércio Direcionado, Mudança Estrutural e
Desenvolvimento**

**Monografia apresentada ao Departamento
de Economia da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Economia.**

Orientador: Ricardo Silva Azevedo Araujo

Banca Examinadora:

Prof. Ricardo Silva Azevedo Araujo

Universidade de Brasília

Prof. Joanílio Rodolpho Teixeira

Universidade de Brasília

Brasília

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas bênçãos em minha vida. À minha família e amigos por terem me dado suporte e incentivo. Ao meu orientador Ricardo Araujo por ter me guiado, e a Joanílio Rodolpho Teixeira pela ajuda e por suas críticas construtivas. Por fim, agradeço aos professores do departamento de economia da UnB por terem me ajudado a conhecer o intrigante mundo da Economia.

Resumo

A busca pelo desenvolvimento econômico tem sido uma constante para diversos países não desenvolvidos e as características do comércio internacional e de mudança estrutural são preponderantes para esse fim. Há aqueles que defendem o livre comércio, com base na teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo, e aqueles que defendem que deva existir uma política comercial e industrial com o objetivo de que esses países não desenvolvidos se especializem em produtos com características desejáveis de produção e demanda. Ou seja, que não se especializem em sua vantagem comparativa estática, que virtualmente são produtos primários, que tendem a manter a condição de não desenvolvimento.

Palavras-chave: Mudança estrutural, Lei de Thirlwall, Política Industrial e Comércio Internacional.

Classificação JEL: F12; O19; L52; P45.

Abstract

The quest for economic development has been a constant for many undeveloped countries; and the characteristics of international trade and structural change are crucial for this purpose. There are those who advocate for free trade, based on the theory of Comparative Advantage of Ricardo, and those who argue that there should be a trade and industrial policy with the objective that these undeveloped countries to specialize in products with desirable characteristics of production and demand. That is, it does not specialize in its static comparative advantage that commodities lead virtually to maintain the underdevelopment status.

Keywords: Structural Change, Thirlwall's Law, International Trade and Industrial policy.

JEL Classification: F12; O19; L52; P45.

Livre Comércio versus Comércio Direcionado, Mudança Estrutural e Desenvolvimento

1. Introdução

Durante a campanha presidencial dos Estados Unidos de 1992, um conselheiro do presidente Bush foi questionado sobre a diminuição do conteúdo tecnológico das exportações americanas. A resposta foi a de que ele não via nenhum problema nisso, pois não haveria diferença alguma entre exportar “micro-chips” ou “potato-chips” (Gabriel Palma, 2008). Nesse sentido, esse trabalho aborda a importância do comércio internacional e de seu conteúdo para o desenvolvimento econômico e mudança estrutural.

Foi Alfred Marshall quem escreveu ainda no século XIX “the causes which determine the economic progress of nations belong to the study of international trade” (Marshall, 1890). Especificamente, será discutido sobre se o livre comércio é, de fato, a melhor alternativa para política comercial dos países, especialmente aqueles menos desenvolvidos. A argumentação se baseará em um contexto de mudança estrutural, onde o comércio direcionado ou estratégico tem sido uma constante na história de desenvolvimento dos países hoje desenvolvidos. Essa discussão, na verdade, reporta-se desde Adam Smith. A defesa do livre comércio passou a ter um caráter dogmático, sendo “comprovada” cientificamente tendo como base hipóteses bem determinadas. Todavia, outras visões sempre estiveram presentes, Friedrich List, economista alemão conhecido como pai do “argumento da indústria nascente” talvez seja o seu mais simbólico e pioneiro defensor.

Nas últimas décadas a discussão ganhou mais força, devido a disputa contra o neoliberalismo, que foi dominante principalmente após a década de 70 do século passado. Ele exerceu forte influência, dando uma “guinada” liberal no mundo com o chamado Consenso de Washington. O resultado, porém, não foi o esperado. O fato é que o mundo cresceu a taxas significativamente menores no último quarto do século XX do que no pós-segunda guerra (Rodrik 2004),

quando políticas consideradas “ruins” de Estado indutor do desenvolvimento e políticas comerciais diferentes de livre comércio foram usadas em larga escala, principalmente em países não desenvolvidos.

Com isso, o tema tem ganhado importância nas últimas décadas, onde se buscou incrementar a teoria tradicional de comércio internacional, tendo em vista aproximá-la do contexto de globalização e de hipóteses mais realistas especialmente quanto aos países em desenvolvimento. De acordo com Stiglitz (2006), cerca de 80% da população mundial vive em países em desenvolvimento, marcados por renda baixa e alta pobreza, alto desemprego e baixa educação. Ainda para Stiglitz, a globalização apresenta ao mesmo tempo riscos e oportunidades sem precedentes para esses países.

Tendo em vista o potencial efeito de desenvolvimento que o comércio pode ter como já fez em mais variados momentos da história (Chang 2002, Stiglitz 2008 e 2006 e Rodrik 2004), será realizada uma revisão teórica em aspectos relacionados a comércio entre nações, suas características desejáveis e impactos relacionados à mudança estrutural e desenvolvimento.

Desse modo, o trabalho busca avaliar e mostrar a importância de um comércio estratégico para o desenvolvimento. Argumentando que o que se produz, importa e exporta são aspectos fundamentais para esse processo. E daí a importância de política industrial e comercial.

Para tanto, no capítulo dois desse trabalho serão abordados diferentes visões acerca da importância de um comércio direcionado em favor do crescimento e desenvolvimento, com uma análise teórica sobre liberalização comercial e racionalidade econômica por trás de política comercial e proteção, além de uma revisão histórica de políticas feitas pelos países hoje desenvolvidos, quando estes ainda eram países em desenvolvimento, baseado do livro de Chang (2002).

No capítulo três, serão abordados os modelos de Thirlwall e de Thirlwall Multi-Setorial, além do modelo de Pasinetti de Mudança Estrutural. Estes modelos servirão de base teórica para a argumentação da importância da mudança

estrutural para o desenvolvimento e da produção e comercialização de bens com características desejáveis de produção e demanda para o desenvolvimento. No capítulo quatro haverá a apresentação da metodologia do trabalho. Finalmente, no capítulo cinco haverá uma aplicação do que foi argumentado e apresentado durante o trabalho para o caso brasileiro, buscando-se ainda a avaliação de possíveis políticas a serem adotadas. A conclusão do trabalho será no capítulo seis.

Capítulo 2. Livre Comércio, Proteção e Política industrial

2.1. Argumentação teórica para proteção e diversificação econômica

A teoria tradicional de economia e comércio internacional é baseada na lei de vantagens comparativas de Ricardo (1817), e no teorema de Heckscher-Ohlin (Heckscher, 1919; Ohlin, 1933) no qual se argumenta que países ganharão especializando-se na produção do bem no qual é usado o fator de produção mais abundante do país. Com isso, correrá ganho estático de bem estar quando um país se especializar em bens nos quais ele possui maior vantagem comparativa (ou menores custos de oportunidade). Ou seja, cada país se beneficiaria produzindo e se especializando naquele bem que possuísse vantagem comparativa.

Todavia duas cruciais suposições, de acordo com Thirwall e Pacheco-López (2008), são geralmente “esquecidas” e merecem ser lembradas:

(i) A primeira é que no processo de realocação de recursos o pleno emprego é preservado. Todavia, se o desemprego aumenta, os ganhos em bem estar advindos da maior especialização podem ser superados pelas perdas advindas do maior desemprego. Como afirmou Keynes (1930) “free trade assumes that if you throw men out of work in one direction you re-employ them in another. As soon as this link in the chain is broken the whole of the free trade argument breaks down”.

(ii) A segunda suposição crucial é de que no processo de liberalização comercial o equilíbrio no balanço de pagamentos seja mantido, o que não é garantido. Na teoria ortodoxa, segundo Thirlwall, o balanço de pagamentos é tido como “autorregulado”, sem afetar renda e emprego. Porém, se a liberalização comercial levar a um maior crescimento das importações do que das exportações, e se a taxa de câmbio não se apresentar como um mecanismo eficiente de ajuste do balanço de pagamentos, então a renda terá que diminuir para reduzir importações, levando a perdas de bem estar. Ainda

de acordo com Thirlwall, essa tem sido a experiência de diversos países em desenvolvimento forçados a se liberalizar prematuramente.

A ideia aqui é que o que o país produz, importa ou exporta é crucial para sua caminhada para o desenvolvimento. Rodrik (2011) em seu artigo intitulado “Globalization, structural change and productivity growth” mostra que nas últimas três décadas, com globalização e liberalização sem precedentes, houve uma clara diferença de mudança estrutural entre países do leste asiático e da América Latina. O estudo consiste em uma análise de 38 países e suas dinâmicas com relação à produtividade do trabalho setorial e agregada. Os países asiáticos analisados tiveram um crescimento da produtividade do trabalho de cerca de 2,5% ao ano a mais do que os países da América Latina entre 1990 e 2005. Para Rodrik isso ocorreu devido a uma diferença no tipo de mudança estrutural. Nos países asiáticos houve uma mudança estrutural de setores menos produtivos como de produtos primários, informalidade e desemprego para setores de maior produtividade do trabalho e valor agregado. Já na América Latina o contrário ocorreu, sendo a mudança estrutural “*growth-reducing*”, ou seja, de setores mais dinâmicos para especialização na produção e exportação de produtos primários. A consequência disso foi de uma menor produtividade do trabalho para o conjunto das economias latino-americanas analisadas, gerando assim menos crescimento e desenvolvimento econômico. Rodrik (2011, p. 3) ainda observa que:

The larger the share of natural resources in exports, the smaller the scope of productivity-enhancing structural change. The key here is that minerals and natural resources do not generate much employment, unlike manufacturing industries and related services. Even though these “enclave” sectors typically operate at very high productivity, they cannot absorb the surplus labor from agriculture and industries.

O ponto aqui é que o setor primário com maior produtividade se apresenta como um setor que absorve pouca mão de obra, além de possuir uma baixa elasticidade renda da demanda. Assim o resultado da mudança estrutural do setor manufatureiro para a especialização em produtos primários (típico na América Latina nas últimas décadas) como reflexo da globalização e

liberalização comercial, gera também desemprego e informalidade, que são os setores que mais diminuem a produtividade do trabalho de um país. Esses resultados são confirmados pela análise empírica de Rodrik na América Latina (em oposição ao Leste Asiático).

Para Rodrik (2011), então, a lição é de que países com crescimento acelerado são aqueles capazes de empreender uma transformação estrutural de atividades de baixa produtividade “tradicionais” para atividades de alta produtividade “modernas”. Tais atividades modernas consistem, na maior parte, na produção de produtos comercializáveis e, dentre os comercializáveis, de produtos industriais (embora serviços comercializáveis estejam claramente se tornando importantes também). Mais sobre políticas de *catch up* acertadas serão analisadas no subitem de história do desenvolvimento.

2.2. Liberalização comercial e desenvolvimento

Para considerar a relação entre liberalização comercial e desenvolvimento econômico, é importante posicionar-se a respeito do conceito de desenvolvimento. Para Thirlwall e Pacheco-López (2008), a visão tradicional de desenvolvimento, que é a que a teoria tradicional de liberalização de comércio leva em conta, é simplesmente o de crescimento de renda per capita de um país, ou até mesmo do conjunto de países analisados. Como visão alternativa Goulet (1971) apresenta desenvolvimento econômico e social como um evento que deve possuir três núcleos: auto sustento, autoestima e liberdade.

No entanto, o foco de desenvolvimento apenas como crescimento da renda não é, para Thirlwall, suficiente por dois motivos. Primeiro pelo motivo de que nada é garantido no que diz respeito à distribuição da renda, a liberalização comercial não garante que os setores da sociedade se beneficiem igualmente. Ao contrário, no processo de liberalização alguns grupos ganham, e outros indubitavelmente perdem, tanto relativamente quanto absolutamente, por meio de desemprego e redução de sua renda real, o que em geral afeta os mais pobres. Segundo pelo motivo de que liberalização comercial não garante uma

distribuição igual dos ganhos de comércio entre os países. Alguns países irão se beneficiar mais do que outros, dependendo da sua força competitiva dentro dos mercados mundiais, e de suas vantagens comparativas estáticas. Se os países ricos ganham mais do que os pobres com liberalização comercial, a distribuição de renda mundial iria piorar e isto não é desenvolvimento.

A especialização decorrente da liberalização comercial pode ser ruim pelo simples fato de uma menor diversificação da economia de um determinado país. O problema sem dúvida é maior em países subdesenvolvidos que tendem a se especializar em commodities. A menor diversificação econômica, a menor elasticidade renda da demanda de bens primários e a especialização nesses produtos, que possuem preços mais voláteis (além do papel negativo na mudança estrutural explicado no subitem anterior), podem desproteger estes países no que diz respeito a problemas causados pela grande variação de preços destes produtos no mercado internacional, gerando dependência externa, deterioração dos termos de troca, problemas com balanço de pagamentos e crescimento econômico na falta de um setor mais dinâmico e estável.

A menor diversificação, aliada a vantagem comparativa estática em produtos primários tende, ainda, a gerar desemprego e maiores problemas com distribuição de renda. Para Stiglitz (2006), em um mundo real, onde existem desemprego e assimetria de informações, mesmo que a renda total seja aumentada, ela pode ser mais que compensada pela perda causada por maior desigualdade e privações. Stiglitz (2006, p.139) afirma:

Os políticos e economistas que prometem que a liberalização do comércio irá melhorar a vida de todos não estão sendo sinceros. A teoria econômica (e a experiência histórica) indica o contrário: mesmo que a liberalização possa aumentar o produto do país como um todo, ela faz com que alguns grupos fiquem em situação pior. E sugere que são aqueles que estão na base da pirâmide – os trabalhadores não especializados – que sofrerão mais (...) quando os trabalhadores saem de empregos protegidos para o desemprego, o mais provável é que aumente a pobreza e não o crescimento.

2.3. Racionalidade econômica por trás de política comercial e proteção

2.3.1. O argumento da indústria nascente

O argumento da indústria nascente consiste na ideia de permitir que novas indústrias possam se estabelecer em um determinado local sem economias de escala suficientes para que isso aconteça, e assim permitir a essas “novas” indústrias que possam crescer até obter o tamanho necessário para competir nacionalmente e internacionalmente. Este argumento data desde Mill, em 1848, e de Friedrich List na década de 1840. John Stuart Mill afirmou que o único caso em que proteção comercial é defensável é o caso em que essa proteção seja temporária e com a esperança de tornar nacionais indústrias existentes apenas no estrangeiro.

Já para List, a proteção à indústria nascente deveria ser apenas uma de uma série de medidas adotadas para o desenvolvimento industrial de países, reconhecendo que o desenvolvimento econômico requer uma combinação de acumulação de capital, progresso técnico e capacidades aprendidas- *learning capabilities*. List, segundo Sai-Wing Ho (2005), possui uma visão bem mais ampla do que a normalmente difundida de um mero protecionista, ele argumentou, de fato, que a proteção deve ser bem seletiva, “deve se preocupar em estimular apenas indústrias com assegurado mercado interno, além de aparentar ter grandes chances de sucesso”.

Para Thirlwall (2008), List antecipou a ideia de Krugman de “import protection as export promotion”, já que um mercado doméstico grande, na presença de economias de escala, e custos decrescentes, torna as exportações viáveis e competitivas. Levando-se em conta os retornos crescentes de manufaturas, a proteção se justificaria até que certa indústria chegasse ao nível de competitividade próximo do internacional. Os custos decorrentes de uma proteção, com perdas de excedente tanto do produtor quanto do consumidor, podem ser mais que compensadas pelos ganhos dinâmicos de uma economia de escala, com um produto maior e uma maior oferta. Thirlwall argumenta,

ainda, que mesmo que indústrias nascentes possam ser em seus estágios iniciais menos eficientes que suas concorrentes estrangeiras, deve ser mais benéfico possuir alguma indústria do que não ter nenhuma.

Já Stiglitz (2006) argumenta que países em desenvolvimento não devem apenas proteger indústrias nascentes, mas *economias nascentes*, com o objetivo de mudar sua estrutura produtiva de uma especialização em produção de bens primários para o desenvolvimento de manufatura. Ele acredita que protegendo a economia, sem escolher apenas algumas áreas pode evitar que políticas sejam feitas em setores determinados visando favorecer certos grupos de interesse. Exemplos de proteção de base ampla podem ser de uma tarifa uniforme sobre bens manufaturados ou de desvalorização cambial. Para Stiglitz (2006, p.152):

Sem proteção, um país cuja vantagem comparativa estática está, digamos, na agricultura corre risco da estagnação; sua vantagem comparativa permanecerá na agricultura, com perspectivas limitadas de crescimento. A proteção industrial de base ampla pode levar a um aumento do tamanho do setor industrial, o que é, em quase todos os lugares, a fonte da inovação. Muitos desses avanços transbordam para o resto da economia, tal como fazem os benefícios do desenvolvimento de instituições como os mercados financeiros, que acompanham o crescimento de um setor industrial. Ademais, um setor industrial grande e crescente (e tarifas sobre bens manufaturados) propicia receitas com as quais o governo pode financiar educação, infraestrutura e outros ingredientes necessários para um crescimento de base ampla.

Essa proteção a economias nascentes a qual o autor se refere pode se reportar a desvalorização cambial como forma de favorecer a produção de *tradables*. Sobre esse aspecto Rodrik (2011, p. 6) escreveu:

(...) we find that countries that maintain competitive or undervalued currencies tend to experience more growth-enhancing structural change. This is in line with other work that documents the positive effects of undervaluation on modern, tradable industries (Rodrik 2008). Undervaluation acts as a subsidy on those industries and facilitates their expansion.

Ha Joon Chang em seu livro “Maus Samaritanos”, de 2006, faz uma brilhante analogia do argumento da indústria nascente com seu filho que tinha, na época do lançamento do livro, seis anos. Segundo Chang, há pouco mais de um século o mercado de trabalho seria mais “livre” do que é hoje, pois crianças estavam livres para entrar no mercado de trabalho. Ele diz que se a legislação continuasse permitindo trabalho infantil, poderia mandar seu filho para o mercado de trabalho. Todavia, seu filho estaria fadado a ter eternamente subempregos. Seria muito difícil conseguir se tornar um médico ou um físico nuclear, por exemplo. Para que isso fosse possível, ele teria que proteger e investir na educação de seu filho por no mínimo mais doze anos.

O mesmo ocorre com a indústria nascente: se ela é exposta rapidamente ao livre-comércio, muito provavelmente não irá conseguir sobreviver, porque, assim como seu filho, precisa de um tempo para conseguir trabalhar com tecnologias avançadas e construir organizações eficientes. Chang observa que é errado inserir seu filho no mercado de trabalho com seis anos, expondo-o precocemente à concorrência, mas também é errado subsidiá-lo até os quarenta anos. Isso tem que ser feito somente até o momento em que ele consiga ter a capacitação necessária para obter um emprego satisfatório. O mesmo funciona em relação às empresas, que não podem ser subsidiadas e protegidas eternamente.

2.3.2. O argumento das externalidades para proteção

Isto ocorre quando os benefícios sociais de um aumento na produção interna são maiores que os benefícios privados. Segundo Thirlwall (2008), o setor manufatureiro é o maior impulsor de produtividade, por causa de seus retornos crescentes e spillovers, promover uma indústria, ou não protegê-la tem implicações para o crescimento de toda a economia. Em não se promovendo um setor industrial diversificado pode-se perder uma substancial fonte de produtividade e crescimento, além de não se obter externalidades tecnológicas, criação de conhecimento e a produção de trabalho qualificado.

As considerações anteriores, segundo Thirlwall (2008, p.29), fazem parte dos fundamentos da “nova teoria de comércio”, que possui como pioneiros

economistas como Krugman, Grossman e Helpman. Eles usam os retornos crescentes e a competição imperfeita para explicar o porquê de haverem grandes diferenças espaciais de desenvolvimento econômico tanto dentro de países quanto entre países. Essas concentrações, para eles, ocorrem devido às economias de escala e às externalidades. Como resultado, restrições de comércio podem dar a oportunidade para países desenvolverem uma mais complexa, sofisticada e interconectada base industrial. Isso é o que a evidência histórica mostra. Com isso, se existir um custo de curto prazo de proteger indústrias nascentes em uma determinada região, ele será mais do que compensado pelos ganhos de longo prazo de uma estrutura industrial mais dinâmica.

2.3.3. O argumento da tarifa ótima e de termos de comércio

Essa teoria supôs, inicialmente, um poder de monopólio existente no comércio internacional. Assim, se um país é um grande comprador, ele pode mudar os termos de comércio em seu favor, restringindo importações e fazendo valer seu poder de mercado. Todavia, na prática, esse argumento inicial em nada tinha a ver com países subdesenvolvidos, já que, geralmente, não possuem este poder de mercado como no exemplo citado.

Porém, existem outros argumentos de termos de comércio. O preço das commodities, como mostra Cashin & McDermott (2002), tem caído relativamente a produtos manufaturados de 1% ao ano nos últimos cem anos ou mais. Isso representa uma perda substancial de renda para países que se especializam na produção de bens primários e commodities. Assim, se o livre comércio reforça as condições tradicionais de especialização, a perda real de renda para países pobres é perpetuada, o que, além de perda de produto, pode gerar problemas no balanço de pagamentos, tendo em vista a baixa elasticidade renda da demanda de bens primários. Isto será abordado mais profundamente no próximo item.

O estudo citado de Cashin & McDermot, levando em conta os preços reais e nominais de 17 commodities primárias entre o período de 1862-1999 concluiu:

Embora haja uma grande tendência de queda nos preços reais das commodities [dos termos de troca] (...) É pequena quando comparada com a variabilidade de preços. Em contraste, movimentos rápidos e inesperados e muitas vezes grandes nos preços das commodities são uma característica importante em seu comportamento. Tais movimentos podem ter consequências graves para os termos de troca, para os rendimentos reais, e para as posições fiscais dos países dependentes de commodities, e tem implicações profundas para a realização da estabilização macroeconômica. (Tradução livre)

Tendo em vista o abordado anteriormente, existe um caso para proteção para alterar a estrutura de produção para possuir termos mais favoráveis no mercado mundial além de não ficar refém do padrão de grande variabilidade de preços dos produtos primários. Evitar a perda de termos de comércio e de falta de diversificação deve resultar em ganhos maiores no longo prazo do que os custos iniciais de proteção.

2.3.4. Argumento do balanço de pagamentos

Thirlwall (1979) e (2008, p.33) mostra que déficits recorrentes no balanço de pagamentos, em especial na balança comercial, oriundos de composições diferentes no conteúdo das exportações e das importações, com uma maior elasticidade renda da demanda para bens importados do que para bens exportados, fato característico de países em desenvolvimento, gera um constrangimento pelo lado da demanda no crescimento, conhecida como *lei de Thirlwall*.

O argumento do balanço de pagamentos é o de que países menos desenvolvidos e especializados na produção e exportação de produtos primários e commodities e consequente importação de produtos com mais valor agregado terão problemas relacionados ao crescimento, tendo em vista que produtos primários possuem uma menor elasticidade renda da demanda do que produtos com mais valor agregado, gerando dificuldades no balanço de pagamentos. Pacheco- López e Thirlwall (2006) mostram ainda que historicamente, esse déficit na balança comercial ocasionada pela especialização citada foi compensada por empréstimos e transferências de capital, o que acarretou em dívida e dependência.

Assim, pelo motivo de que em países pobres, especializados em produtos primários, na ausência de proteção comercial e políticas de diversificação econômica, a tendência e a experiência é a de que o montante de importações cresce mais rápido do que de exportações, causando uma deterioração do balanço de pagamentos. Essa saída maior que a entrada de recursos devido à diferenças nas elasticidades de exportação e importação ocasionam problemas com a demanda e conseqüente diminuição no crescimento. Além disso, a perda real de renda do comércio pode ser seguida de perdas de bem estar decorrentes de falta de utilização de recursos domésticos.

Com isso, se a liberalização comercial leva a problemas no balanço de pagamentos em países pobres, o que causa baixo crescimento e desemprego, o custo social da perda de trabalho é menor do que os custos privados do trabalho, o que nos leva a um argumento econômico em favor da proteção e diversificação econômica.

2.3.5. A Doença Holandesa

A doença holandesa foi identificada pela primeira vez na década de 1970 e no começo de 1980, na esteira da descoberta do petróleo no mar do Norte. De acordo com Stiglitz (2006), enquanto os holandeses desfrutavam dessa óbvia abundância, começaram a notar que o resto de sua economia havia se desacelerado. Ali estava uma economia desenvolvida e funcionando bem que, de repente, enfrentava um enorme problema com emprego porque suas empresas não eram mais competitivas. A razão era que o influxo de dólares em virtude do pagamento do petróleo e do gás holandeses havia levado a uma grande valorização da moeda local. Com isso, os exportadores holandeses não conseguiam vender seus produtos e as empresas nacionais encontravam dificuldades para competir com as importações.

Ainda de acordo com Stiglitz (2006), a doença holandesa tem infestado os países ricos em recursos naturais de todo o mundo quando vendem seus recursos, geralmente encontrados com relativa facilidade em seu território, e convertem os dólares ganhos em moeda local. Com a apreciação de sua

moeda, encontram dificuldades para exportar outros produtos. O ritmo do crescimento nos outros setores, especialmente de comercializáveis, diminui e o desemprego aumenta, uma vez que os setores de recursos naturais e de commodities costumam empregar pouca gente. De acordo com Bresser-Pereira e Paulo Gala (2010, p. 671):

A doença holandesa ou maldição dos recursos naturais pode ser definida como a sobreapreciação crônica da taxa de câmbio de um país causada por rendas ricardianas que o país obtém ao explorar recursos abundantes e baratos, cuja produção comercial é compatível com uma taxa de câmbio de equilíbrio corrente claramente mais apreciada do que a taxa de câmbio de equilíbrio industrial — a taxa que viabiliza os demais setores econômicos produtores de bens comercializáveis que utilizam tecnologia no estado da arte mundial. Definida nestes termos, a doença holandesa é uma falha de mercado que, ao inviabilizar setores econômicos de bens comercializáveis eficientes e tecnologicamente sofisticados, impede a mudança estrutural — a diversificação industrial do país — que caracteriza o desenvolvimento econômico.

Ainda de acordo com Bresser-Pereira e Paulo Gala (2010, p. 672):

A doença holandesa é *permanente ou crônica* porque o mercado não a controla. As exportações das *commodities* que, graças ao custo mais baixo do que o existente nos países menos eficientes que participam do mercado, ao mesmo tempo em que originam uma renda ricardiana para o país, definem a taxa de câmbio no equilíbrio corrente. A sobreapreciação é, assim, compatível com o equilíbrio intertemporal das contas externas, podendo, portanto, produzir efeitos negativos sobre uma economia por tempo indefinido. Como a doença holandesa define a taxa de câmbio de equilíbrio corrente em um nível mais apreciado que o do equilíbrio industrial (e essa diferença que define e estabelece a gravidade da maldição dos recursos naturais), os bens produzidos com tecnologia no estado da arte não são viáveis economicamente em um mercado competitivo. Por isso, em um país que padece dessa doença, uma empresa de bens comercializáveis que adota a melhor tecnologia mundial só será viável se uma condição pouco realista se verificar: se sua produtividade na produção desse bem for superior a produtividade lograda pelos demais países concorrentes em um grau igual ou maior do que a sobreapreciação causada pela doença.

2.4. Perspectiva histórica do desenvolvimento

Esta seção será baseada, principalmente, no livro de Chang (2002), que mostra os meios e as políticas com as quais os países atualmente

desenvolvidos se desenvolveram, além do artigo de Lall (2002). Chang, com sua minuciosa pesquisa, utiliza-se da muitas vezes negligenciada história para chegar a conclusões para o presente. Os países atualmente desenvolvidos utilizaram em larga escala, embora de maneiras diferentes entre eles, políticas que hoje são tidas como incorretas ou ruins.

A não utilização de tais políticas é fortemente recomendada, hoje, aos países não desenvolvidos. Além disso, de algumas formas, tal recomendação é até mesmo “forçada” por instituições como OMC, FMI e Banco Mundial. Ou seja, países que hoje se mostram frontalmente contra protecionismo comercial, política industrial e regulação estatal se utilizaram amplamente dessas políticas em seu *catch-up* econômico e social.

Apesar dos argumentos para livre comércio feitos pela teoria neoclássica, este de fato nunca foi amplamente praticado, com raras exceções: segunda metade do século XVIII pela Inglaterra e países que ela influenciou e após a segunda guerra mundial com o estabelecimento do GATT, para enfraquecer políticas de protecionismo utilizadas no período entre guerras. Porém, apenas depois da década de 1970 que foram mais amplamente utilizadas as políticas liberais da “nova ordem”. Dornbusch (1992) identificou quatro principais pressões para que os países liberalizassem suas economias. São elas: (i) pressão intelectual a favor de livres mercados, (ii) pressões institucionais de órgãos como OMC, FMI e Banco Mundial, (iii) maior consciência de perdas de eficiência em restringir o comércio e (iv) a alegada, ou aparente, pior performance econômica de países protecionistas.

Embora Chang analise os mais diversos países, para a finalidade deste trabalho será mostrado, historicamente, como se deu o desenvolvimento de países diferentes e em épocas distintas para que seja melhor analisado, e posteriormente algumas sugestões de políticas para os hoje países em desenvolvimento. Os países a serem analisados historicamente são a Inglaterra, os Estados Unidos, o Japão e uma breve apresentação sobre países do Leste Asiático.

2.4.1) O caso da Inglaterra

A Inglaterra é conhecida como um país que se desenvolveu sem intervenção significativa do Estado, com uma economia em livre comércio e *laissez-faire*. No entanto isto está longe da realidade levando-se em conta uma perspectiva histórica desse país. Ao ingressar no período pós-feudal a Grã-Bretanha era uma economia relativamente atrasada e até 1600 importou tecnologia do continente Kindleberger (1996). Suas exportações limitavam-se a exportações de lã bruta, principalmente para os Países Baixos de onde importavam tecidos com mais valor agregado.

A Grã-Bretanha talvez tenha sido o primeiro país a se utilizar de políticas de promoção industrial. Acredita-se que Eduardo III (1327-77) foi o primeiro monarca a procurar, deliberadamente, desenvolver a manufatura do tecido de lã local, dando exemplo para o resto do país, ele só usava roupa de pano inglês. Além disso, ele proibiu a importação de tecido de lã e incentivou a entrada de tecelões e trabalhadores qualificados vindos dos Países Baixos. Posteriormente, com a dinastia Tudor, Henrique VIII (1485-1509) e Elisabeth I (1558-1603) transformaram a Inglaterra, com políticas ativas, de uma nação muito dependente da exportação de lã bruta para os Países Baixos, para uma das maiores fabricantes de tecido do mundo. Henrique VIII ficou impressionado, após uma estada em Borgonha, com a prosperidade dos Países Baixos, que se apoiavam na manufatura de lã, e tratou de por em prática um plano para fomentar a manufatura inglesa. Ele tratou de enviar, em diversas regiões da Inglaterra, missões reais para identificar lugares adequados à instalação de manufaturas, alocação de mão de obra especializada vinda dos Países Baixos e aumento das tarifas. Até mesmo proibição de exportação de lã bruta. Henrique VIII adotou, ainda, um enfoque gradualista, por esse motivo ele só elevou os impostos sobre a exportação de lã bruta quando a indústria ficou mais consolidada. Tão logo se evidenciou que a Grã-Bretanha não tinha condições de processar toda a sua produção de lã, voltou-se a suspender os impostos e a liberar-se a exportação. Segundo Defoe (1728, p.97-8), foi só no reinado de Elizabeth I (1587), quase cem anos depois de Henrique VII ter inaugurado sua política de substituição de importações (1489), que a Grã-Bretanha ganhou suficiente confiança e competitividade

internacional da sua indústria para proibir definitivamente a exportação de lã bruta. Isso acabou por levar os fabricantes dos países baixos á ruína.

Assim, a Inglaterra usou em seu desenvolvimento, ao contrário do que se costuma-se pensar, extensas políticas estatais e industriais além de clara proteção e intervenção. Foi só em meados do século XIX, quando ela estava na fronteira tecnológica e com a indústria mais avançada do mundo que o discurso passou a ser de que tudo o que ela havia feito era errado, e que a “salvação” estava no livre comércio. Segundo Chang (2002, p.48), o período pós 1850 talvez tenha sido o de mais significativo livre comércio do mundo, mas mesmo assim não durou muito, já na década de 1880 alguns fabricantes britânicos em dificuldade puseram-se a reivindicar proteção.

2.4.2) O Caso dos Estados Unidos

De acordo com Chang (2002, p 17), se a Grã-Bretanha foi o primeiro país a se utilizar de políticas comerciais e de intervenção com fins de desenvolvimento, os EUA foram os que o fizeram com mais intensidade. Diversos intelectuais americanos perceberam que a posição de livre comércio advogada pela Inglaterra ia de encontro aos interesses dos Estados Unidos. Porém, desde os primórdios da colonização daquilo que viria a ser os EUA, a proteção à indústria interna foi uma questão controversa. Para começar, a Grã-Bretanha estava longe de querer industrializar as colônias e se encarregou de implementar políticas que o impedissem. De fato, no tocante aos Estados Unidos, List mostra que o país foi erroneamente julgado por grandes teóricos de economia como Adam Smith e Jean Baptiste Say, que os consideravam uma “Polônia”, isto é, uma nação fadada a depender da agricultura. De fato Adam Smith (1937, p.347-8) aconselha os norte-americanos a não caírem na tentação de desenvolver sua indústria incipiente:

Se os americanos, seja mediante boicote, seja por meio de qualquer outro tipo de violência, suspenderem a importação das manufaturas europeias e, assim, concederem um monopólio aos seus compatriotas capazes de fabricar os mesmos bens, desviando uma parcela considerável do capital para esse fim, estarão retardando o futuro crescimento do valor de seu produto anual, em vez

de acelerá-lo, e estarão obstruindo o progresso do país rumo à riqueza e à grandeza verdadeiras, em vez de promovê-lo.

Na época da independência, os interesses do sul agrário se opunham ao protecionismo, ao passo que os do norte manufatureiro, representados, entre outros, por Alexander Hamilton, o primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos (1789-1795) o queriam. Com efeito, muitos assinalaram que foi Alexander Haimilton, e não List, como normalmente se acredita, o primeiro a elaborar sistematicamente o argumento da indústria nascente, que passou a defendê-lo após seu período de exílio nos EUA entre 1825 e 1830. Ele argumentava que a concorrência estrangeira e a “força do hábito” impediriam as novas indústrias, que em breve poderiam ser competitivas no mercado internacional, de se desenvolverem nos Estados Unidos, a menos que a ajuda governamental compensasse os prejuízos iniciais. Essa ajuda, dizia ele, podia tomar a forma de tarifas de importação ou, em casos mais extremos, a proibição da importação.

Com efeito, entre 1816 até o final da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos tiveram a maior tarifa de importação do mundo, de acordo com Chang, inclusive no período de fins do século XIX onde, sob uma hegemonia Britânica, boa parte do mundo utilizava-se de mercados abertos. Assim, como mostra Chang (2002, p.59):

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial, com sua incontestada supremacia industrial, que os EUA liberalizaram seu comércio (embora não tão inequivocamente como a Grã-Bretanha fez em meados do século 19) e começou a defender o livre comércio - mais uma vez provando que List estava certo em sua metáfora de “chutar a escada”. A seguinte citação de Ulysses Grant, o herói da Guerra Civil e Presidente dos EUA durante 1868-76, mostra claramente como os americanos não tinham ilusões sobre o “chute na escada” do lado britânico e de seu lado.

"Durante séculos a Inglaterra se utilizou de proteção industrial, levou isso ao extremo e tem obtido resultados satisfatórios a partir dele. Não há dúvida de que é este sistema que ele deve a sua força atual. Depois de dois

séculos, a Inglaterra achou conveniente adotar o comércio livre porque pensa que a proteção não pode mais oferecer nada. Muito bem, cavalheiros, meu conhecimento de nosso país me leva a crer que dentro de 200 anos, quando a proteção não tiver mais a oferecer para a América, ela também adotará o comércio livre." (Ulysses S. Grant, the President of the USA, 1868–76, cited in Frank, 1967, p. 164)

2.4.3) O caso do Japão

O Japão chegou tarde ao cenário industrial. Em 1854, os norte-americanos o obrigaram a abrir-se, episódio conhecido como Navio-Negro (ver Chang 2002). À medida que se expunham ao ocidente, os japoneses iam ficando mais chocados com o atraso relativo do país. Com a chamada restauração Meiji de 1868, a ordem política feudal entrou em colapso, abrindo o caminho para instauração de um regime mais modernizador. Desde então o Estado começou a desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento do país.

Nos primeiros estágios de desenvolvimento, o Japão não pôde se valer do protecionismo comercial por causa dos “acordos desiguais”, a que fora obrigado a afirmar em 1889 e que proibiam a fixação de tarifas superiores a 5%, numa época em que os Estados Unidos, apesar de terem uma defasagem tecnológica muito menor com a Grã-Bretanha, se gabavam de uma tarifa industrial média de até 50% (Chang 2002, p. 86). Por conseguinte o governo japonês teve de lançar mão de outros meios para estimular a industrialização. O Estado Japonês criou fábricas estatais modelos, em diversos seguimentos industriais – notadamente na construção naval, mineração, no setor têxtil e no militar. Muito embora posteriormente a maioria delas tenha sido vendida com desconto ao setor privado, o Estado não encerrou sua participação na indústria. Sem embargo, o envolvimento do Estado em projetos de Grande escala não se restringiu à implantação de fábricas modelos, também se estendeu ao desenvolvimento da infra-estrutura.

Este esforço estatal para o desenvolvimento possibilitou que se abrisse novos e difíceis caminhos: formaram-se administradores e engenheiros, treinou-se uma pequena mas crescente mão de obra industrial, conquistaram-se novos mercados, e o que talvez seja mais importante: desenvolveram-se empresas

que serviriam de base para o futuro crescimento industrial. Ademais, o governo japonês implementou políticas destinadas a facilitar transferência de tecnologia de instituições estrangeiras avançadas.

Com o fim dos acordos desiguais em 1911, o Estado Japonês pós-Meiji promoveu uma ampla reforma tarifária visando proteger a indústria nascente e facilitar a importação de matéria prima. Apesar desse esforço desenvolvimentista, na primeira metade do século XX, o Japão estava longe de ser o *superstar* econômico que viria a ser depois da Segunda Guerra Mundial.

Segundo Chang (2002, p.91), malgrado a persistência de algumas divergências, hoje é consenso que o crescimento espetacular dos Japão e de países do Leste Asiático no pós-guerra, com exceção de Hong-Kong, deriva basicamente da ativa política industrial, comercial e tecnológica (ICT) do Estado. O padrão de estímulo ao desenvolvimento desempenhado por países como Coréia do Sul, Taiwan e Cingapura, que gerou entre as décadas de 1970 e 1990 grande crescimento e desenvolvimento econômico e social se caracterizou, apesar da diversidade de políticas, em um padrão bem definido (Lall 2002, Rodrik 2011 e Stiglitz 1996). Padrão semelhante até mesmo, e inclusive mais recentemente, com o da China e Índia (Lall 2002 e Rodrik 2010 e 2011).

Porém, é importante notar que os países do Leste Asiático não se limitaram a meramente copiar as medidas adotadas pelos mais desenvolvidos. Segundo Chang, elas foram mais sofisticadas do que suas equivalentes históricas, além de diversas entre eles próprios (ver Stiglitz 1996). Tais países valeram-se de subsídios à exportação mais substanciais e mais bem planejados que as experiências anteriores, aliás, tributaram muito menos a exportação que seus antecessores, além de estimularem a exportação como um modelo de desenvolvimento, *export led growth*, que receberá uma abordagem teórica mais detalhada no próximo capítulo. Ademais, aplicou-se amplamente a estratégia de redução dos impostos de matéria-prima e maquinário para indústria de exportação – método a que muitos PADs (países atualmente desenvolvidos), notadamente a Grã Bretanha, recorreram para impulsionar as exportações.

A coordenação dos investimentos complementares, que antes ocorria um tanto ao acaso, quando ocorria, foi sistematizada mediante planejamento indicativo e programas de investimento do governo. Implementou-se a regulamentação das entradas e das saídas de capitais (Chang 2002, P. 92), dos investimentos e da fixação de preços das empresas a fim de “administrar a concorrência” de modo a reduzir a “concorrência predatória”.

Os governos do Leste Asiático, segundo Chang (2002) e Stiglitz (1996), também integraram com muito mais firmeza do que seus predecessores históricos as políticas de capital humano e de educação ao arcabouço da política industrial, por meio do planejamento da força de trabalho disponível. Além disso, houve uma regulamentação do licenciamento tecnológico e dos investimentos estrangeiros diretos com intuito de maximizar mais sistematicamente a difusão da tecnologia. Empenharam-se seriamente em aprimorar a base de qualificação e capacidade tecnológica dos países mediante subsídios (e fortalecimento público) à educação, ao treinamento e à pesquisa e desenvolvimento.

Capítulo 3: Balanço de pagamentos Restrito e Mudança Estrutural

A teoria dominante de comércio internacional e consequente eficiência alocativa, como visto no primeiro capítulo, remete aos trabalhos de Ricardo (1817), e no teorema de Heckscher-Ohlin (Heckscher, 1919; Ohlin, 1933), que concluem que cada país deve se especializar naqueles produtos em que possui vantagem comparativa, e essa seria a escolha mais eficiente para todos. Ou seja, não importa para o crescimento o que se produz, exporta ou importa, mas sim a especialização naqueles setores em que há menor custo de oportunidade ou maior vantagem relativamente aos outros países.

De acordo com, entre outros, Rodrik (2011), Stiglitz (2006), Araújo & Lima (2007) e Thirlwall (2008), o que se produz, importa e exporta é crucial para o desenvolvimento econômico e sua manutenção. Isso ocorre devido à importância do papel das elasticidades renda da demanda da produção local e de importações, assim como a importância da produtividade e potencial efeito multiplicador por encadeamentos produtivos do que é produzido internamente, que são essenciais para promover desenvolvimento econômico e social em um país.

Com isso, será abordado nesse capítulo o modelo de Thirlwall de crescimento constrangido pelo balanço de pagamentos (Thirlwall 1979, MCombie & Thirlwall 1994 e Araujo & Soares 2011) e o modelo de mudança estrutural de Pasinetti (Pasinetti 1981 e Araujo 2011). No terceiro item será apresentado um modelo de mudança estrutural numa economia aberta, onde a criação do setor novo pode migrar para outro país gerando restrição de crescimento “via Thirlwall” para o primeiro país.

3.1. A restrição de crescimento dada pelo balanço de pagamentos

De acordo com Thirlwall (2008) e Araújo & Soares (2011) em contraposição ao argumento neoclássico de constrangimento de crescimento pelo lado da oferta (Krugman 1989), Thirlwall parte do modelo de Harrod com foco no papel da demanda para explicar o crescimento de longo prazo. O argumento é que o desenvolvimento necessita de importações que só podem ser “pagas” por meio

das exportações. Caso contrário o crescimento e desenvolvimento ficam restringidos pelo balanço de pagamentos e pela demanda.

Com isso, as exportações passam a ter um papel central para o crescimento, já que caso elas não acompanhem as importações haverá um desequilíbrio no balanço de pagamentos e uma consequente “fuga” de divisas que geram deficiências na demanda, que por sua vez faz com que:

“investment is discouraged; technological progress is slowed down, and a country’s goods compared with foreign goods become less desirable so worsening the balance of payment still further, and so on. A vicious cycle is started. By contrast, if a country is able to expand demand up to the level of existing productive capacity, without balance-of-payment difficulties arising, the pressure of demand upon capacity may well raise the capacity growth rate [by encouraging investment, technological progress and productivity]” (McCombie & Thirlwall, 1994)

O incentivo à demanda, portanto, é responsável pelo desencadeamento de um ciclo virtuoso de crescimento que tende a aumentar a produtividade global da economia pela migração dos fatores para setores de maior produtividade e de maior elasticidade renda da demanda – manufatura – e pela intensificação do *learning-by-doing*, Kaldor (1966). A Lei de Thirlwall pode ser derivada como segue:

$$X = \left(\frac{Pd}{EPf} \right)^\tau Z^\zeta \quad (1)$$

$$M = \left(\frac{EPf}{Pd} \right)^\psi Y^\varphi \quad (2)$$

Onde X corresponde às exportações, Z é a renda internacional, M são as importações e Y é a renda doméstica. Pd representa o nível de preços internamente, Pf representa preços no exterior e E é a taxa de câmbio nominal. As elasticidades preço da demanda por exportações e importações são denotadas, respectivamente, por τ e ψ , e as elasticidades renda por exportações e importações são indicados por ζ e φ , respectivamente. No equilíbrio:

$$PdX = EPfM \quad (3)$$

Tirando logaritmos e diferenciando as expressões (1), (2) e (3), nós temos, respectivamente, que:

$$\hat{x} = \tau(\hat{p}d - \hat{p}f - \hat{e}) + \varsigma\hat{z} \quad (4)$$

$$\hat{m} = \Psi(\hat{p}f + \hat{e} - \hat{p}d) + \varphi\hat{y} \quad (5)$$

$$\hat{p}d + \hat{x} = \hat{p}f + \hat{e} + \hat{m} \quad (3a)$$

Onde os chapéus denotam as taxas de crescimento. Substituindo (4) e (5) na expressão (3a), obtém-se:

$$(\mathbf{1} + \tau + \Psi)(\hat{p}d - \hat{p}f - \hat{e}) + \varsigma\hat{z} = \varphi\hat{y} \quad (6)$$

Com o objetivo de obter a Lei de Thirlwall são necessárias a assunção de duas hipóteses neste momento. A primeira é a hipótese da Paridade do Poder de Compra, onde a taxa de câmbio nominal equilibra a inflação interna e externa e, portanto, $\hat{p}d - \hat{p}f - \hat{e} = 0$. Outra hipótese que é adotada é a condição de Marshall Lerner. De acordo com ela $\tau + \Psi = -1$, que dá origem À Lei de Thirlwall expressa como:

$$\hat{y} = \frac{\varsigma}{\varphi} \hat{z} \quad (6a)$$

Contudo, Perraton (2003) e Araujo & Soares (2011) mostram a forma forte da hipótese de estrangulamento de crescimento dado pelo balanço de pagamentos. Considerando a Paridade de Poder de Compra a Lei de Thirlwall pode ser reescrita como:

$$\hat{y} = \frac{1}{\varphi} \hat{x} \quad (6b)$$

Onde o aumento da taxa de crescimento é dado pelo crescimento das exportações sobre a elasticidade renda por importações.

Partindo dessa lógica, Araujo e Lima (2007) desenvolvem um modelo que engloba diferentes setores, chegando ao que os autores denominam de Lei de Thirlwall Multi-Setorial (LTMS). A principal implicação deste modelo é que

mudanças na participação setorial (com diferentes elasticidades) da economia, ou seja, na estrutura de produção, impactam na sua taxa de crescimento, de forma que “a country can still raise its growth rate even when such a raise in growth of world income does not occur, provided it is able to change the sectoral composition of exports and/or imports accordingly” (Gouvêa e Lima, 2009).

Assim, Araujo e Lima (2007) chegam a um modelo onde um país que produz uma série de bens com elasticidades distintas (na qual a elasticidade renda total da economia é dada pelo somatório das elasticidades setoriais ponderadas por sua participação na estrutura produtiva), uma mudança da estrutura produtiva da economia afetaria a elasticidade renda das importações e das exportações, uma vez que as diferentes taxas de crescimento da demanda em cada setor levam a distintas taxas de crescimento da economia como um todo.

A abordagem multisetorial da Lei de Thirlwall apresentada por Araújo e Lima (2007) pode ser resumida da seguinte forma:

- 1- Existem dois países: um desenvolvido e outro menos desenvolvido;
- 2- São assumidas as hipóteses de pleno emprego, gasto total da renda e equilíbrio da balança comercial;
- 3- Os dois países produzem $(n-1)$ bens de consumo;
- 4- O preço do bem i é determinado pela quantidade de trabalho empregado e pela taxa de salário;
- 5- Os bens exportados são expressos em termos de quantidade de trabalho;
- 6- Há diferenças de produtividade entre os dois países de modo que a diferença de preços induz uma especialização.

Assim a LTMS é obtida a partir de uma função exportação que relaciona o volume de exportações com a renda e os preços relativos. No caso do país menos desenvolvido a função exportação é representada de modo que esta é nula se o preço é menor que no país avançado e assume a forma convencional no caso de preço maior ou igual. A equação de importação, por sua vez, é

derivada considerando o caso em que o preço do bem i é maior no país avançado, isto é, considera-se que este não tem vantagem comparativa na produção do bem i .

As equações de exportação e importação ficariam reduzidas a:

$$\frac{\dot{a}_{i\hat{n}}}{a_{i\hat{n}}} = \beta_i \sigma_y^A$$

$$\frac{\dot{a}_{in}}{a_{in}} = \phi_i \sigma_y^U$$

Dada a condição de equilíbrio da balança comercial e que não há progresso tecnológico, os autores obtêm a partir de algumas manipulações algébricas as seguintes equações da LTMS:

$$\sigma_y^U = \frac{\sum_{i=1}^{n-1} \xi \beta_i a_{i\hat{n}} a_{ni}}{\sum_{i=1}^{n-1} \phi_i a_{in} a_{ni}} \sigma_y^A$$

Onde σ_y^U e σ_y^A são as taxas de crescimento do país menos desenvolvido e avançado, respectivamente. Os termos β_i e ϕ_i são as elasticidades renda de exportação e importação setoriais. Os coeficientes a_{in} e a_{ni} indicam os coeficientes de demanda pelo bem final i e o coeficiente de produção de bens de consumo. A letra ξ é um coeficiente de proporcionalidade. Esta equação seria uma versão análoga à obtida por Thirlwall que é denominada “versão forte”, quando considerada a taxa de crescimento da renda mundial. A “versão fraca”, abaixo, indica uma relação entre a taxa de crescimento da renda e a taxa de crescimento das exportações:

$$\sigma_y^U = \frac{\sum_{i=1}^{n-1} \xi \beta_i a_{i\hat{n}} a_{ni}}{(\sum_{i=1}^{n-1} \phi_i a_{in} a_{ni})(\sum_{i=1}^{n-1} \beta_i)} \sum_{i=1}^{n-1} \frac{\dot{a}_{i\hat{n}}}{a_{in}}$$

Assim, os autores encontram um resultado similar ao da Lei de Thirlwall, onde a taxa de crescimento da economia consistente com o equilíbrio do BP é dada pela razão entre as elasticidades renda da demanda por exportação e importação multiplicada pela taxa de crescimento da renda mundial. No entanto, nessa versão, as elasticidades renda são ponderadas por coeficientes que medem a participação de cada setor no total de importações e exportações.

Como conclusão desse conjunto de modelos chega-se ao chamado Export Led Growth (ELG), onde para que haja crescimento sustentado é fundamental que as exportações cresçam no mínimo tanto quanto as importações para não haverem restrições de crescimento pelo Balanço de Pagamentos. Para que isso seja possível é necessário que as elasticidades renda da demanda por exportações cresçam mais que as por importações.

Thirlwall (2008) mostra que um país pobre ou em desenvolvimento que possua vantagens comparativas em setores de menor elasticidade renda da demanda (agricultura, pecuária, mineração...) forçado a liberalizar sua economia sem política industrial e comercial adequada estará fadado à estagnação. Isso ocorre devido a uma insuficiência de demanda por uma saída maior que entrada de divisas, pois as importações tenderão a crescer mais que as exportações, dadas as elasticidades renda de importações e exportações. Como não poderia ser dito de melhor forma:

“Poor developing countries typically export goods with a low income elasticity of demand and import goods with a high income elasticity of demand, compared to developed countries. This simple model can go a long way in explaining differences in the level of development between countries and the forces which perpetuate divergences in the world economy. The forces are *structural* relating to the production and demand characteristics of goods produced and traded.” (Thirlwall 2008, pg. 70)

Ou seja, países menos desenvolvidos que possuem vantagens comparativas em produtos com menor elasticidade renda da demanda importam produtos de maior elasticidade renda da demanda de países mais desenvolvidos. A

desigualdade entre países e até mesmo dentro de países, como afirma Thirlwall, necessita de que os países menos desenvolvidos estimulem suas exportações e mais que isso: estimulem um aumento da elasticidade renda da demanda de suas exportações. Sendo assim, ao se expor países mais pobres à livre concorrência internacional estes tendem a se especializar na produção de produtos com menores elasticidades renda da demanda e com isso tenderem à estagnação. Este fato leva ao argumento de que algum tipo de proteção comercial e política industrial são necessários a esses países. Por outro lado, a necessidade de incentivos às exportações faz com que:

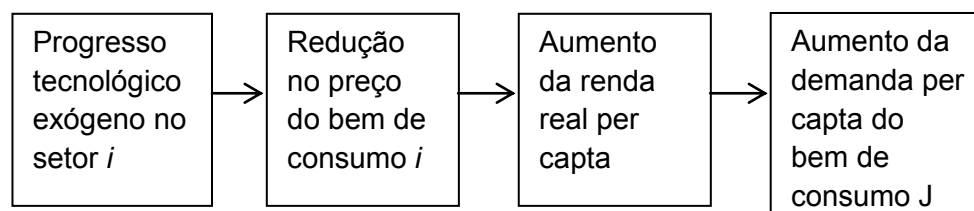
Besides, higher exports growth allows the country to gain from economies of scale due to the access to new foreign markets, by allowing larger scale operations. The stronger exposure to international competition by higher exports is considered to increase the pressure on the export industries to keep costs low and provide incentives for the introduction of technological change. In this vein the growth of exports is seen to have a stimulating influence on productivity of the economy as a whole via externalities of exports on other sectors. (Araujo and Soares 2011)

3.2. Modelo de mudança estrutural de Pasinetti

De acordo com Pasinetti (Pasinetti 1983 e Araujo 2011) mudanças na estrutura setorial de uma economia se devem à existência de taxas particulares de progresso tecnológico de cada setor e da variação na demanda de cada bem de consumo final. Para Araújo (2011) a ênfase do modelo de Pasinetti na composição da demanda traz uma melhoria qualitativa importante em relação aos modelos de agregados que não levam em consideração a composição da demanda em diferentes setores (que são qualitativamente diferentes entre eles). Assim, no modelo de Pasinetti, um aumento na renda per capita não é transformado em um nível mais elevado de consumo do mesmo tipo, em todos os setores, como nos modelos agregados. Ao contrário, ele focaliza as diferenças qualitativas de consumo e de produção em diferentes setores com suas distintas elasticidades renda da demanda e progresso tecnológico.

Ainda de acordo com Araujo (2011) o modelo de Pasinetti se distingue pelo fato de que analisa o processo de crescimento econômico tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda, o que faz com que ele seja capaz de analisar uma mudança estrutural numa economia multissetorial (crescimento desequilibrado). No seu modelo, Pasinetti inicia o processo com um progresso tecnológico, que originalmente seria tratado como exógeno. Este progresso tecnológico aumenta a produtividade e, com isso, aumenta a renda real per capita, por meio de redução nos preços. A renda real per capita majorada, por seu turno, faz com que o consumo também aumente. Porém esse aumento na demanda não se destinará, necessariamente, a produtos dos mesmos setores, mas sim de setores cujos produtos possuam maior elasticidade renda da demanda.

Com isso, seria possível resumir esse processo com o esquema que segue:



Ou seja, primeiramente um progresso tecnológico no setor i induz a preços menores do bem de consumo desse setor devido a efeitos no coeficiente de trabalho (maior produtividade). A diminuição no preço do bem i gerará um ganho de renda per capita que por sua vez será deslocado para um aumento no consumo de bens de outros setores, especialmente aqueles com produtos de maior elasticidade renda da demanda, gerando como resultado um processo de mudança estrutural.

Para apresentar formalmente o modelo de Pasinetti será seguida a versão aberta de Araujo e Teixeira (2003) e Araujo (2011) considerando-se um sistema econômico onde os coeficientes técnicos de trabalho dos vários setores verticalmente integrados podem variar a taxas diferentes. Todos os bens produzidos são bens de consumo e a produção é feita através de divisão do trabalho e especialização de mercado. Na apresentação formal que segue existem, por simplificação, dois países: U e A. Será escolhido U para ser o país

doméstico e representar os fluxos físicos. Além disso, X_i representa a quantidade doméstica produzida do bem de consumo i e X_n representa a quantidade de trabalho em todas as atividades produtivas internas. A demanda per capita por bens de consumo é representada por um conjunto de coeficientes de consumo. Tanto a_{in} e $a_{i\hat{n}}$ representam os coeficientes de demanda do bem final i , o primeiro se refere a demanda doméstica e os segundo à demanda externa (país A). De modo semelhante $a_{ki,n}$ e $a_{ki,\hat{n}}$ são os coeficientes de investimento dos bens de capital ki . Os coeficientes de produção dos bens de consumo e capital são respectivamente a_{ni} e a_{nki} . O setor família no país A é denotado por \hat{n} e o tamanho da população em ambos os países é dado pelo coeficiente de proporcionalidade ξ . O sistema físico pode ser escrito como segue:

$$\begin{cases} X_i - (a_{in} + \xi a_{i\hat{n}})X_n = 0 \\ X_{ki} - (a_{ki,n} + \xi a_{ki,\hat{n}})X_n = 0 \\ X_n - \sum_{i=1}^{n-1} a_{ni}X_i - \sum_{i=1}^{n-1} a_{nki}X_{ki} = 0 \end{cases} \quad (1)$$

A condição suficiente ara garantir soluções não triviais do sistema para o país U é:

$$\sum_{i=1}^{n-1} (a_{in} + \xi a_{i\hat{n}}) a_{ni} + \sum_{i=1}^{n-1} (a_{ki,n} + \xi a_{ki,\hat{n}}) a_{nki} = 1 \quad (2)$$

Essa condição também garante o pleno emprego da força de trabalho. A solução do sistema para quantidades físicas pode ser expressa como:

$$\begin{cases} X_i = (a_{in} + \xi a_{i\hat{n}})X_n \\ X_{ki} = (a_{ki,n} + \xi a_{ki,\hat{n}})X_n \end{cases} \quad (3)$$

O conjunto de solução com preços pode ser expresso como segue:

$$\begin{cases} p_i = (a_{ni} + \pi_i a_{nki})w \\ p_{ki} = a_{nki}w \end{cases} \quad (3)'$$

Onde p_i é o preço do bem i no país U ($i = 1, 2, \dots, n - 1$), w é a taxa de salário, e π_i é a taxa de lucro. Será assumido que a dinâmica do coeficiente de demanda per capita para o bem i será:

$$a_{in}(t) = a_{in}(0)e^{rit} \quad (4)$$

$$a_{i\hat{n}}(t) = a_{i\hat{n}}(0)e^{r\hat{it}} \quad (5)$$

O termo ri determina a taxa de crescimento da demanda pelo bem i . Para Pasinetti (1981) essa taxa é determinada endogenamente pelas condições técnicas, que podem ser expressas por:

$$r_{i(t)} = f_i \left\{ a_{n1}, \dots, a_{n,n-1}, a_{nk_1}, \dots, a_{nk_{n-1}}; \frac{d}{dt} [a_{n1}, \dots, a_{n,n-1}, a_{nk_1}, \dots, a_{nk_{n-1}}] \right\} \quad (6)$$

Devido à existência de taxas particulares de crescimento da demanda e da produtividade de diferentes setores, mesmo que a condição de demanda efetiva seja seguida inicialmente, com o modelo sendo “solto” no tempo essa condição não continuará sendo necessariamente cumprida. Com isso haverá a possibilidade de desemprego.

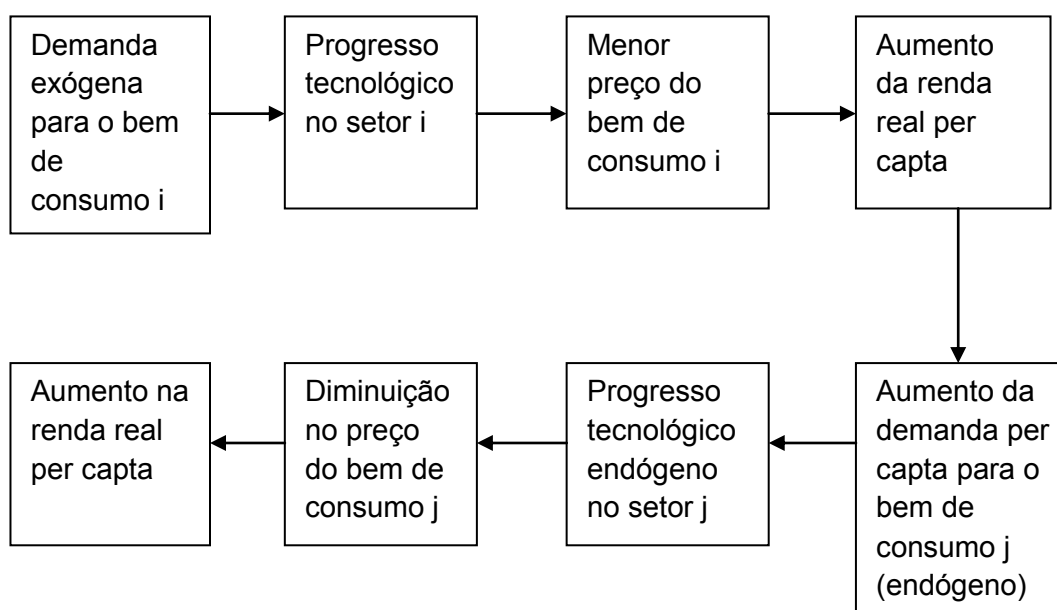
$$\sum_{i=1}^{n-1} (a_{in} + \xi a_{i\hat{n}}) a_{ni} + \sum_{i=1}^{n-1} (a_{ki,n} + \xi a_{ki,\hat{n}}) a_{nki} < 1 \quad (7)$$

De acordo com Araujo (2011) a taxa de crescimento tecnológico de cada setor na análise de Pasinetti é dada exogenamente, com um crescimento tecnológico exógeno. Contudo, Araujo (2011) busca em seu trabalho tornar esse progresso tecnológico endógeno, com o uso da causalção cumulativa de Kaldor-Verdoorn. Concedendo, com isso, um papel importante para a demanda não só para impulsionar a mudança estrutural, mas também para influenciar o progresso tecnológico. De acordo com a Lei de Verdoorn a demanda aumenta a produtividade, tornando o setor mais dinâmico e incentivando a inovação e a difusão de tecnologias disponíveis. De acordo com Araujo (2011, p. 11):

(...) structural changes are triggered by exogenous demand that through increasing returns of scale and learning-by-doing induce technological progress and, an increase in per capita demand that latter will turn into an increase into per capita demand that may also induce more technological progress. In this vein in some moment of this

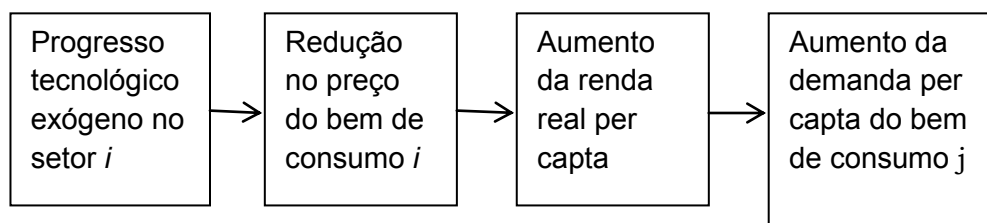
virtuous cycle, structural changes are made endogenous and happen due to endogenous changes in the per capita demand.

Com isso, é possível resumir o Modelo de Pasinetti com progresso tecnológico endógeno com o esquema abaixo, onde o progresso tecnológico se torna endógeno por meio de um aumento exógeno da demanda, e com ele ocorre a mudança estrutural, dando lugar a uma maior participação de setores com maior elasticidade renda da demanda na economia:



3.3. Insights dados pela restrição de crescimento gerado por mudança estrutural deslocada para outro país

Analisando-se os dois modelos estudados anteriormente, percebe-se que se iniciando o processo de Pasinetti, onde há uma mudança estrutural dada pelo progresso tecnológico no setor i de acordo com o esquema abaixo:



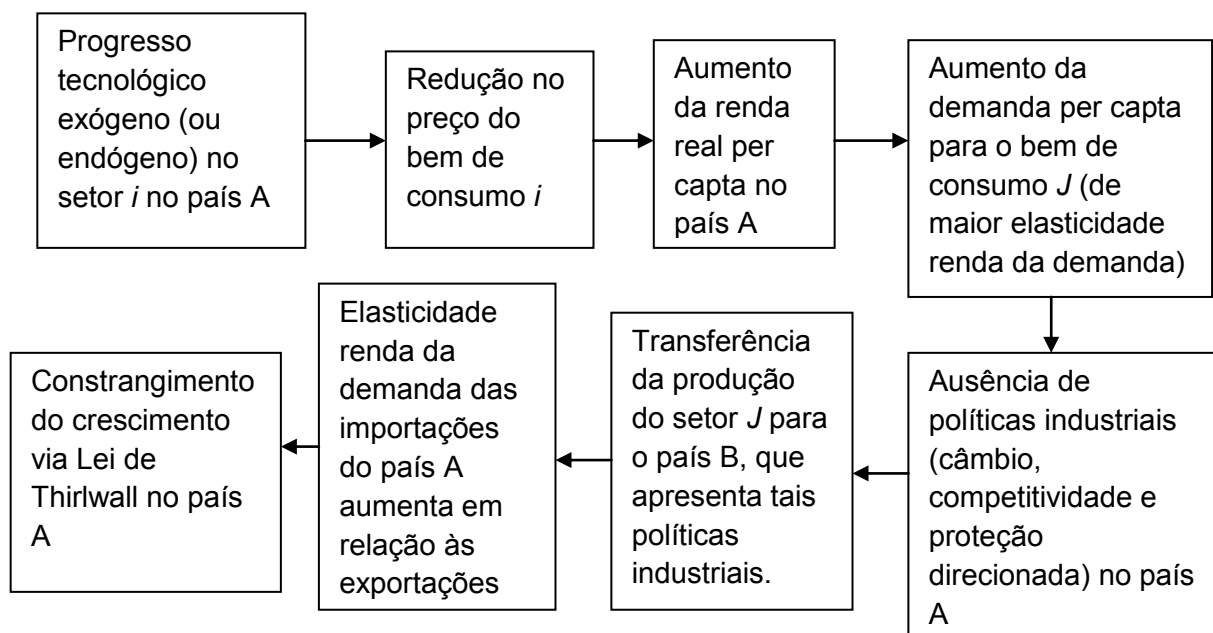
Onde, como já explicitado mais detalhadamente anteriormente, o progresso tecnológico aumenta a produtividade do setor i , diminuindo seu preço e aumentando, por conseguinte, a renda real per capita. Porém essa maior renda per capita não irá ser utilizada no consumo nos mesmos setores, mas sim em setores de maior elasticidade renda da demanda, como o setor j . Ou seja, no fim do processo o setor j terá uma participação majorada no consumo e na produção em relação aos outros setores, vistos de uma maneira desagregada. Há uma mudança estrutural.

O Ponto aqui é que o processo de mudança estrutural irá demandar incentivos adequados, como políticas de câmbio, de competitividade e de proteção direcionada. Essa necessidade ocorre já que esses setores, mais elaborados e de maior elasticidade renda da demanda, que tiveram sua participação aumentada na economia graças ao processo de mudança estrutural, podem ter sua produção deslocada para outro país que possua tais incentivos.

A partir do momento em que, num contexto de ausência de políticas necessárias, a produção desses setores com maior elasticidade renda da demanda passe para outro país, o primeiro país deverá exportar produtos de setores de menor elasticidade renda da demanda e importar do segundo país os produtos do setor de produção deslocada, com maior elasticidade renda da demanda. A consequência desse processo se aproxima claramente do primeiro modelo abordado nesse capítulo. Haverá, para o primeiro país analisado, um processo de restrição de crescimento *via* deteriorização do balanço de pagamentos.

De acordo com a Lei de Thirlwall e com a versão desagregada de Araujo e Lima (2007), um país que possua elasticidade renda da demanda das importações maiores do que das exportações teria problemas de restrição de crescimento pelo lado da demanda, devido a uma saída de divisas maior do que entrada, gerando uma restrição de crescimento e de dependência causada pelos problemas derivados de uma balança comercial deficitária.

Com isso, o país que não se utilizou de políticas adequadas como câmbio, políticas de competitividade e proteção direcionada, para manter internamente a produção de setores de maior tecnologia, encadeamentos e elasticidade renda da demanda, que se tornou possível graças ao incremento na demanda de consumo dos produtos desses setores *via* mudança estrutural *pasinettiana*, e que pela ausência dos fatores anteriormente elencados, sua produção migrou para outro país, aumentando, assim, a elasticidade renda das importações do primeiro país prejudicando seu crescimento e desenvolvimento, como ilustrado pelo esquema abaixo:



Conforme demonstrado no esquema acima, com a ocorrência de uma mudança estrutural nos moldes do modelo de Pasinetti no país A, a produção do novo setor de maior elasticidade renda da demanda, cujas condições foram geradas graças a uma criação de demanda nesse país, pode ser “transferida” para um país B. A produção desse setor de maior elasticidade renda da demanda, na ausência de políticas industriais adequadas no país A, como um câmbio competitivo, políticas de infraestrutura e competitividade e algum grau

de proteção direcionada, poderá ser deslocada para o país B, que apresenta tais políticas industriais.

Esse deslocamento da produção de um setor mais dinâmico para outro país faz com que haja uma diminuição da elasticidade renda da demanda das exportações e um aumento da elasticidade renda da demanda das importações no país A, o que gera uma restrição de crescimento via balanço de pagamentos neste país. Essa restrição, por sua vez, possibilita um aumento no desemprego e piora na distribuição de renda.

4. Metodologia

Para este trabalho foram empregadas formas diversas de métodos para para se chegar ao resultado final. Desde estudos descritivos e análise teórica de diversos autores, passando por uma análise histórica de experiências passadas de países e análise comparativa dessas experiências, até estatística descritiva e modelos econômicos.

Nos capítulos de análise da literatura, de referencial teórico e bibliográfico são utilizados tanto o método dedutivo quanto o indutivo, partindo das análises feitas dos autores abordados dentro da racionalidade econômica por trás de política comercial e proteção. Com isso, a descrição das contribuições dos autores utilizados na pesquisa é feita, autores diversos, entre eles, Rodrik (2011), Stiglitz (2006), Thirlwall (2008) e Chang (2002).

Ainda nos capítulos de análise da literatura, há uma análise histórica acerca das experiências de desenvolvimento das nações hoje desenvolvidas. Com isso o método histórico-dedutivo é utilizado, tendo como objetivo utilizar as experiências desses países e o estudo da história para deduzir políticas eficientes para os países hoje não desenvolvidos, partindo do trabalho de Chang (2002).

Desse modo, a análise de literatura e uma mistura entre os métodos dedutivo e indutivo, de acordo com as análises dos autores estudados com o objetivo de fazer conclusões a respeito da importância da produção e comercialização de bens que apresentem características desejáveis de produção e demanda para o desenvolvimento econômico.

A partir do capítulo três modelos matemáticos e quantitativos são utilizados. Modelos estes que se utilizam do método dedutivo, partindo do caso geral para o particular. Alguns exemplos de tais modelos são o de Thirlwall de crescimento restrito pelo balanço de pagamentos e sua versão Multi-Setorial de Araújo e Lima (2007), além do modelos de Pasinetti de Mudança Estrutural. Tal uso desses modelos em conjunto com a análise da literatura e do estudo histórico de Chang (2002) fazem parte do referencial teórico e bibliográfico desse trabalho.

Após essa etapa, o trabalho se volta para a análise de seus resultados, aplicando todo o referencial estudado para o caso brasileiro e suas consequências teóricas e práticas. Para tanto é feita uma análise de estatística descritiva acerca da economia brasileira nos últimos anos, além de uma breve revisão teórica e de literatura a respeito da economia e sua evolução nesse país. Foi utilizado um estudo descritivo de dados e séries históricas do IPEA e MDIC para que se analisasse a evolução qualitativa da economia brasileira e algumas tendências como a evolução da indústria da transformação ou Balanço de Pagamentos. Para tal, espera-se aplicar as consequências estudadas da importância na especialização produtiva em bens de características de produção e de demanda desejáveis e sua importância para o desenvolvimento e o que têm ocorrido na economia brasileira.

Capítulo 5:

1. Brasil, indústria e desenvolvimento econômico

Nos capítulos anteriores foi abordada uma visão crítica sobre a importância de um comércio direcionado, em oposição ao livre comércio, nos países em desenvolvimento. Isso se deve já que certos setores possuem uma maior relevância relativamente a outros para o crescimento e desenvolvimento econômico. E nesse contexto a necessidade de que países não desenvolvidos se esforcem no sentido de promover relações comerciais e um ambiente favorável ao investimento industrial, de setores que possuam uma maior elasticidade renda da demanda, encadeamentos produtivos, produtividade e economias de escala.

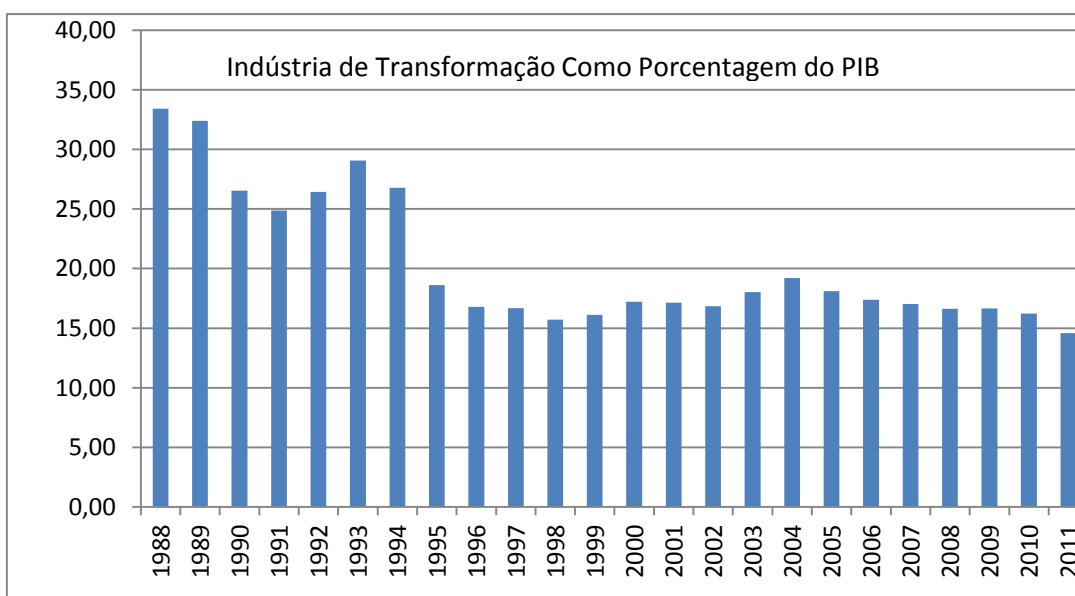
Nesse sentido, como afirma Stiglitz (2006) e Thirlwall (2008), o livre comércio para países em desenvolvimento não se apresentaria benéfico por si só. Isso ocorre já que esse comércio livre reforçaria as vantagens comparativas estáticas desses países, que se encontram em setores considerados tradicionais, como a agricultura e mineração, setores de características menos desejáveis de produção e demanda: menor elasticidade renda da demanda por definição, menor produtividade e economias decrescentes de escala. Sobre isso Thirlwall (2008, PP. 175) afirma:

(...) the first question that naturally arises, therefore, is: are the benefits worth the costs of disruption and the serious distributional consequences that sudden trade liberalization can have for particular groups in society, particularly when specialization according to comparative advantage is likely to condemn many poor developing countries to the production of primary commodities which have such unfavourable production and demand characteristics?

Foi proposto, com isso, que de acordo com Palma (2005, 2008), Chang (2002) Rodrik (2011), Thirlwall (2008) e Stiglitz (2006), uma política industrial bem feita que compreenda um câmbio competitivo, políticas de infraestrutura e competitividade e algum grau de proteção direcionada, seria necessária para

que os países não desenvolvidos conseguissem fazer seu “cach-up”. Esse diagnóstico vai ao encontro do que firma Chang (2002) em seu livro “Chutando a Escada”, que mostra que, historicamente essas foram, em linhas gerais, as estratégias utilizadas pelos países hoje desenvolvidos para se desenvolver quando ainda eram países não desenvolvidos. Isso é exposto com mais detalhes no primeiro capítulo.

O Brasil, no entanto, tem apresentado uma tendência divergente do proposto nesse trabalho, com uma concentração na produção commodities e em setores mais tradicionais, o que restringe o crescimento e o desenvolvimento econômico numa perspectiva da Lei de Thirlwall, que é apresentada com detalhes no capítulo anterior. No primeiro e segundo capítulos foram expostos diversos motivos pelos quais a especialização na produção de commodities não é benéfica. Essa especialização possui características menos desejáveis de produção e demanda, prejudicando, com isso, o crescimento de longo prazo. A tendência de diminuição do peso da indústria de transformação como porcentagem do PIB pode ser visualizada no gráfico abaixo. Passando de cerca de 34% em 1988 para menos de 15% em 2011.



Fonte: IPEA

Oreiro e Feijó (2010) argumentam que a desindustrialização é vista como um problema para o crescimento das economias capitalistas pela literatura heterodoxa *à la Kaldor*, visto que, como afirmado anteriormente, a composição

setorial da produção é relevante para o crescimento econômico. Para esses autores a indústria é o motor de crescimento de longo prazo. Eles citam os seguintes motivos: 1) retornos crescentes de escala do setor manufatureiro; 2) maiores encadeamentos para rente e para trás na cadeia produtiva; 3) receptor e difusor do progresso tecnológico e 4) maior elasticidade renda da demanda das exportações. Nesse contexto uma redução na participação relativa da indústria, que é o setor chave para o desenvolvimento, com a especialização na produção de setores mais tradicionais, que não apresentam tais características positivas citadas acima reduz o crescimento potencial de longo prazo.

O preço das commodities, como mostra Cashin and McDermott (2002), tem caído relativamente a produtos manufaturados de 1% ao ano nos últimos cem anos ou mais. Isso representa uma perda substancial de renda para países que se especializam na produção de bens primários e commodities. Com isso, se o livre comércio reforça as condições tradicionais de especialização, a perda real de renda para países pobres é perpetuada, o que, além de perda de produto, pode gerar problemas no balanço de pagamentos, tendo em vista a baixa elasticidade renda da demanda de bens primários.

Ademais, como mostram Cashin e McDermott (2002), a deteriorização dos termos de troca é pequena se comparados a grande variabilidade nos preços. Movimentos rápidos e inesperados e muitas vezes grandes nos preços das commodities são uma característica importante em seu comportamento, que gera instabilidade no balanço de pagamentos e na economia como um todo, fazendo com que instabilidades externas se propaguem mais rápida e facilmente internamente.

Algo que geralmente é pouco levado em conta, de acordo com Thirlwall (2008) são os efeitos de emprego da liberalização comercial e especialização dos países não desenvolvidos em sua vantagem comparativa estática. Setores intensivos em recursos naturais tendem a absorver muito menos mão de obra relativamente ao setor industrial e de serviços, principalmente quando sua produtividade sobe Rodrik (2011).

Thirlwall afirma que o pleno emprego é a suposição mais crucial da teoria ortodoxa de comércio. Para ela, os recursos são realocados e enquanto isso o pleno emprego é mantido. Como Keynes afirmou: “free trade assumes that if you throw men out of work in one direction you re-employ them in another. As soon as that link is broken the role of the free trade argument breaks down” (Moggridge, 1981). Em outras palavras, mesmo que haja ganhos devido a uma suposta melhor alocação dos recursos elas podem ser superadas pelas perdas de um maior desemprego e maior desigualdade. Como afirma Thirlwall (2008, p. 182):

In other words, if the resource gains from a more efficient allocation of resources are offset by resources losses of unemployment, trade liberalization can lead to a welfare loss. Peddlers of the doctrine of free trade conveniently forget the full employment assumption. They also forget that different export activities have different production and demand characteristics, so that the types of export activities encouraged by trade liberalization are extremely important for long-run growth.

2. Brasil, desenvolvimento econômico e Lei de Thirlwall

Como abordado no capítulo anterior, de acordo com a lei de restrição de crescimento via balanço de pagamentos, um país cuja vantagem comparativa esteja em setores mais tradicionais como agricultura, mineração e extrativismo, que é, virtualmente, o caso dos países não desenvolvidos, tenderá a estagnação, ou ao baixo crescimento. A Lei de Thirlwall de crescimento restrito pelo balanço de pagamentos e sua variação multisetorial de Araujo e Lima (2007) explicam de que forma o papel das elasticidades renda, tanto das exportações como das importações atuam na determinação do crescimento de longo prazo de um país.

Países não desenvolvidos, que geralmente se especializaram na exportação de commodities de baixa elasticidade renda da demanda e na importação de produtos manufaturados de maior elasticidade renda da demanda, então,

tendem a crescer menos devido a uma tendência a não haver equilíbrio consistente com o balanço de pagamentos.

Com isso, sem uma política industrial adequada, com proteção direcionada aos setores mais dinâmicos, competitividade e câmbio não valorizado os países não desenvolvidos tenderão a permanecer especializados em sua vantagem comparativa estática, prejudicando o desenvolvimento econômico e o crescimento de longo prazo. Tais políticas foram utilizadas virtualmente por todos os países hoje desenvolvidos, como é discutido no primeiro capítulo. Para exemplos mais recentes estão os países do leste asiático, que com a ajuda de políticas industriais adequadas e um esforço para aumentar a elasticidade renda de suas exportações conseguiram elencar uma mudança estrutural positiva e, como consequência, um grande desenvolvimento econômico nas últimas décadas Rodrik (2011, p. 1). Rodrik afirma:

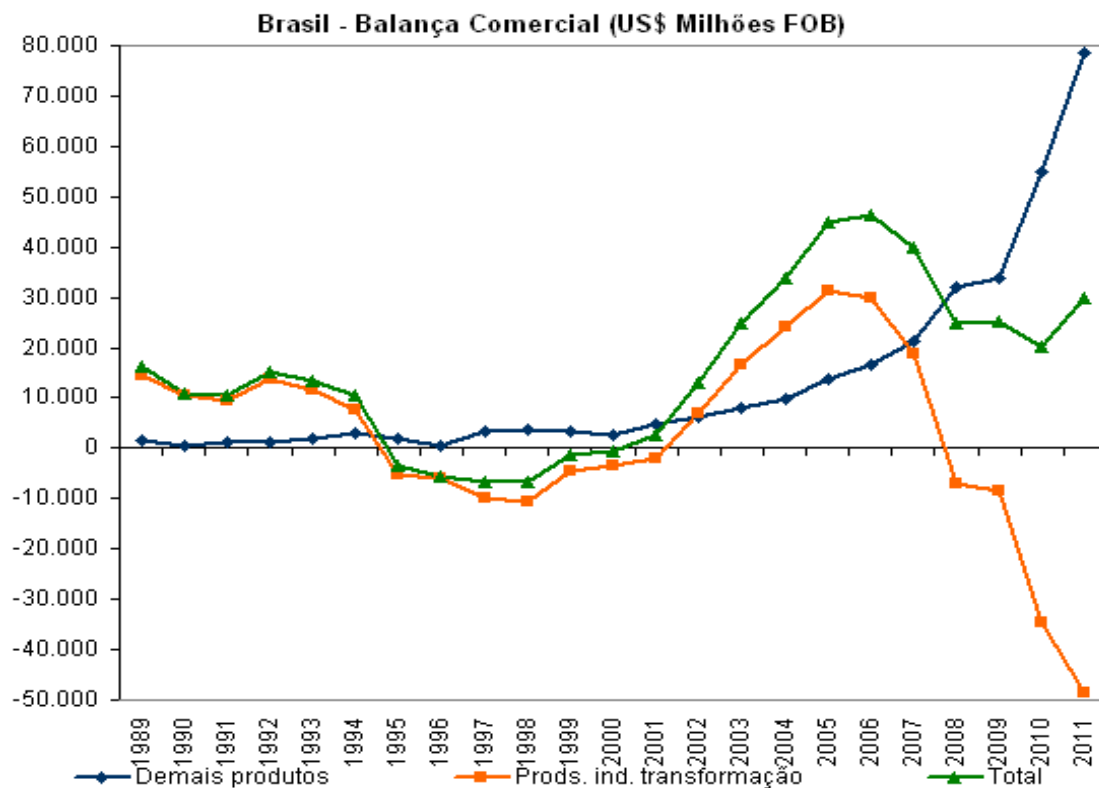
One of the earliest and most central insights of the literature on economic development is that development entails structural change. The countries that manage to pull out of poverty and get richer are those that are able to diversify away from agriculture and other traditional products. As labor and other resources move from agriculture into modern economic activities, overall productivity rises and incomes expand. The speed with which this structural transformation takes place is the key factor that differentiates successful countries from unsuccessful ones.

O Brasil, no entanto, tem apresentado nos últimos anos um processo de mudança estrutural contrário ao que motivou o sucesso do leste asiático. Uma especialização na produção e na exportação de produtos de setores de características menos desejáveis de produção e demanda, e redução relativa da indústria na economia. Isso será melhor discutido no próximo item.

Setores	Valor Adicionado				Exportações				Importações				Emprego Total			
	1985	1995	2000	2009	1985	1995	2000	2009	1985	1995	2000	2009	1985	1995	2000	2009
Agropecuária	10,1	6,9	5,5	5,6	4,2	3,6	7,9	7,4	5,0	3,8	2,6	1,7	31,8	26,0	22,3	17,4
Indústria	30,6	19,4	18,8	18,5	87,3	77,9	80,0	74,4	81,9	72,5	77,4	73,5	15,8	13,3	12,3	13,0
Serviços	53,5	74,8	75,6	75,9	8,5	16,2	13,4	15,3	13,1	23,8	20,0	24,8	52,3	60,7	65,4	69,7

Fonte: IBGE, Elaborado por Soares (2012)

Os efeitos de uma perda relativa do setor industrial na economia vão além do emprego e produto e impactam o balanço de pagamentos. Devido ao aumento das elasticidades renda das importações e a diminuição das elasticidades renda das exportações, no modelo de Thirlwall, um país não pode crescer acima daquela taxa consistente com o equilíbrio do balanço de pagamentos. Dessa maneira, um déficit na balança comercial tem implicações sobre a taxa de crescimento. Com isso, uma maior taxa de crescimento implica aumentar a produção de bens com maior elasticidade renda da demanda ou aumentar a taxa de crescimento das exportações. O contrário do que tem ocorrido no caso brasileiro.



A tabela acima mostra a tendência no Brasil de piora na balança comercial de produtos da indústria da transformação, um setor de maior elasticidade renda da demanda. Esse fato faz com que as elasticidades renda das importações no Brasil fiquem maiores em relação às elasticidades renda das exportações, prejudicando o crescimento via Lei de Thirlwall. Thirlwall (2008, p.180) afirma:

There is strong empirical evidence both for developed and developing countries that long-run growth can be approximated by the growth of exports relative to the income elasticity of demand for imports. If trade liberalization raises the income elasticity of demand for imports by more than it raises the growth of exports, the long run sustainable growth rate of GDP will fall.

Como afirma Thirlwall (2008) exportações produzidas em condições de retornos crescentes, que possuem elasticidade renda alta nos mercados internacionais, são associadas com uma maior taxa de crescimento do que exportações produzidas sob condições de retornos decrescentes e com uma demanda mais inelástica. Por isso, de acordo com o autor, é importante de se distinguir indústria manufatureira de atividades produtivas abundantes em recursos naturais (produtos primários).

Thirlwall, nesse contexto, afirma que para países não desenvolvidos o processo de abertura econômica deve ser gradual e relativamente lento, combinado com uma política industrial para fomentar atividades exportadoras com alto potencial de crescimento nos mercados mundiais. O autor ainda afirma:

Export promotion based on primary products is unlikely to benefit economies in the long run. This is one reason why forms of protection may be necessary, both to diversify industry and promote exports at the same time, such as selective credit, subsidies to output, tax concessions on imported inputs into exports, or reduced tax on profits earned from exports (Thirlwall 2008, p. 183).

De acordo com Soares (2012), para aqueles que apontam que há uma desindustrialização no caso brasileiro, o câmbio apreciado é um dos principais problemas. Em quase toda a década de 1990 o câmbio apresentou esse comportamento assim como em boa parte da década de 2000. Suas implicações podem ser observadas nos dados históricos de exportações e importações abaixo.

Para Stiglitz (2006) uma política cambial como política industrial é interessante, ainda, por ser um tipo de proteção de base ampla, que evita que interesses individuais sejam postos à frente do coletivo. Com esse tipo de proteção de base ampla evita-se que o governo possa beneficiar grupos de interesse e evitar corrupção e interesses escusos, que é mais propenso de ocorrer em casos de proteção selecionada.

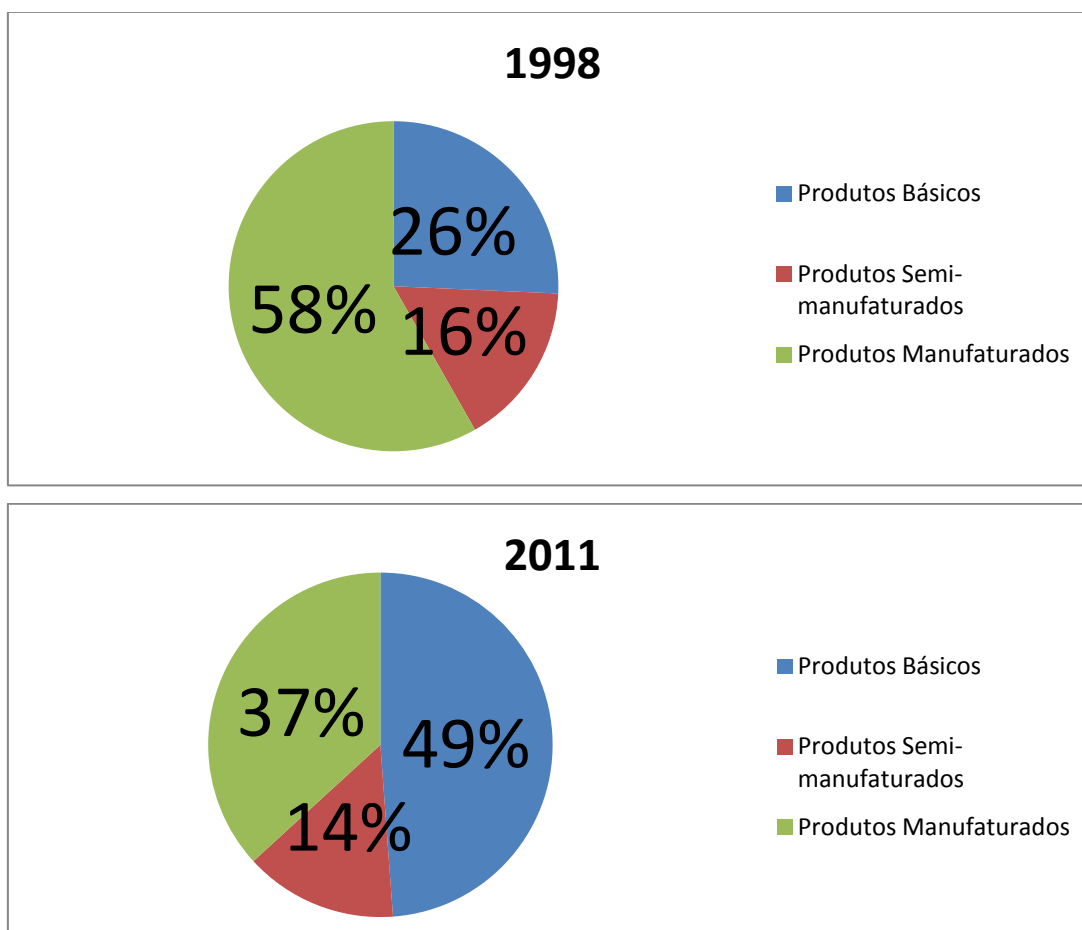
Stiglitz (2006) afirma que sem proteção, um país cuja vantagem comparativa estática esteja, por exemplo, na agricultura corre risco de estagnação; sua vantagem comparativa permanecerá na agricultura, com perspectivas limitadas de crescimento. Para ele, a proteção industrial de base ampla pode levar a um aumento do setor industrial:

(...) o setor industrial, que é, em quase todos os lugares, a fonte de inovação. Muitos desses avanços transbordam para o resto da economia, tal como fazem os benefícios do desenvolvimento de instituições como os mercados financeiros, que acompanham o crescimento de um setor industrial. Ademais, um setor industrial grande e crescente propicia receitas com as quais o governo pode financiar educação, infraestrutura, e outros ingredientes necessários para o crescimento de base ampla (Stiglitz, 2006, p. 153).

A política de câmbio apreciado tem afetado negativamente a produção industrial doméstica que, somado à elevação dos preços internacionais das commodities, tem favorecido as exportações de produtos básicos em detrimento das exportações de produtos manufaturados. Essa tendência pode ser

observada no gráfico abaixo, mostrando a diferença nas porcentagens setoriais das exportações brasileiras de 1998 para 2011.

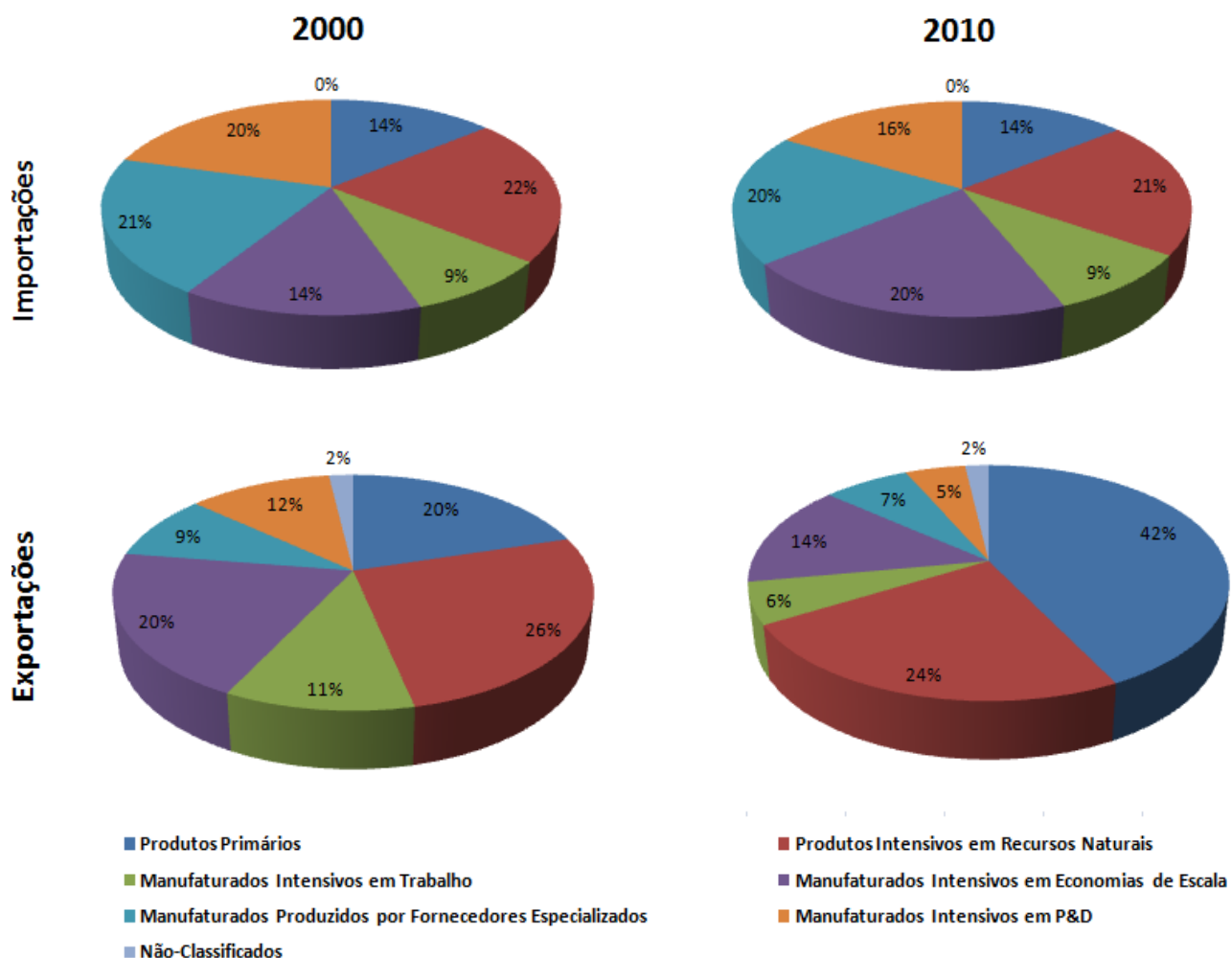
Porcentagem das exportações brasileiras, comparação entre 1998 e 2011



Fonte: MDIC, elaboração própria.

Na tabela abaixo pode-se observar a variação qualitativa das exportações e importações brasileiras nos anos de 2000 e 2010. Observa-se claramente o aumento das importações de produtos manufaturados intensivos em economias de escala, de elasticidade renda elevada. Por seu turno, as exportações tem apresentado uma redução porcentual de produtos com elevada elasticidade renda. Houve uma diminuição relativa do peso de todos os tipos de manufatura considerados. Com destaque para a diminuição das exportações dos manufaturados intensivos em economias de escala de 20% do peso total em 2000 para 14% em 2010 e de manufaturados intensivos em P&D

de 12% em 2000 para 5% em 2010. Ao mesmo tempo ocorreu um forte aumento do peso das exportações de produtos primários, de demanda pouco elástica, de 20% em 2000 para cerca de 42% em 2010.



3- Brasil, Mudança Estrutural e desenvolvimento

O processo de de encolhimento do setor industrial no Brasil e da diminuição das elasticidades renda das exportações e aumento das importações, como já observado acima, é prejudicial ao crescimento de longo prazo, sendo um processo de mudança estrutural negativo para o desenvolvimento. Rodrik (2011) afirma que esse tem sido o caso da América Latina e África nas últimas

décadas em oposição à Ásia, o que explicaria a diferença brutal de sucesso econômico:

(...)the bulk of the difference between Asia's recent growth, on the one hand, and Latin America's and Africa's, on the other, can be explained by the variation in the contribution of structural change to overall labor productivity. Indeed, one of the most striking findings (...) is that in many Latin American and Sub-Saharan African countries, broad patterns of structural change have served to reduce rather than increase economic growth since 1990 (Rodrik, 2011, p. 4).

De fato, os fatos apontados pelo autor para a América Latina são resultados consistentes com a análise de Moreira (1999) de que a abrupta abertura comercial a partir da década de 1990 (e a ausência de políticas industriais) favoreceu principalmente a importação nos setores intensivos em tecnologia e as exportações intensivas em recursos naturais ou pouco intensivos em tecnologia e capital. A partir da segunda metade da década de 1990, como afirma Soares (2012), houve uma redução do percentual das exportações de manufaturas e um aumento percentual na exportação de produtos básicos. De acordo com a autora esse padrão está associado à política de câmbio valorizado.

Diversos autores têm ressaltado a importância de um câmbio não apreciado para o desenvolvimento Gala (2008), Rodrik (2003 e 2008), Thirlwall (2008) e Stiglitz (2006). A taxa de câmbio pode ser entendida como uma ferramenta de política industrial. A desvalorização do câmbio tem como objetivo diminuir as elasticidades das importações e provocar uma mudança na composição das exportações, de bens tradicionais para manufaturados, estimulando a produção de bens comercializáveis, o que evita na somente uma desindustrialização como é capaz de ajudar a promover uma mudança estrutural na economia.

Nesse sentido, observa-se que é necessário que o Brasil busque uma mudança estrutural positiva na economia, nos termos de Rodrik e Pasinetti, aumentando as elasticidades renda da sua produção e de suas exportações, além de propiciar que os benefícios de produção e demanda de bens mais elaborados se espalhem pela economia.

De acordo com o modelo de Pasinetti de mudança estrutural abordado formalmente no capítulo dois, um aumento de produtividade vai propiciar um redução de preços que por sua vez aumentará a renda real per capita em um determinado país. Esse aumento na renda per capita proporcionará que haja um aumento na demanda para produtos de um determinado setor de maior elasticidade renda da demanda. Ocorrendo, assim, um processo de mudança estrutural “positivo”.

Todavia, como mostrado no capítulo anterior, esse processo de mudança estrutural pode ser “exportado” caso o país não apresente políticas industriais que propiciem a acomodação interna desses setores de maior elasticidade renda da demanda.



Deriva daí, num contexto do modelo de Mudança Estrutural *pasinettiano* e da Lei de Thirlwall e Lei de Thirlwall Multisetorial, a necessidade de políticas industriais, tais como um câmbio consistente com o equilíbrio industrial,

políticas de competitividade e proteção direcionada, num esforço de aumentar as elasticidades renda da demanda das exportações em relação as das importações, incentivando a produção de bens com características de demanda e produção mais favoráveis, promovendo, assim, um processo de mudança estrutural “positivo” como afirma Rodrik (2011), propiciando um desenvolvimento consistente com as experiências históricas dos países hoje desenvolvidos.

6- Conclusão

Esse trabalho discutiu a importância do comércio internacional e de seu conteúdo para o desenvolvimento econômico e mudança estrutural. Nesse contexto, houve uma discussão teórica a respeito da influência do livre comércio ou do comércio direcionado (política comercial), para o desenvolvimento e crescimento econômico.

Para tanto, após o capítulo introdutório, o capítulo dois apresentou uma análise da racionalidade econômica por trás da proteção comercial. Diversos pontos de vistas foram discutidos de acordo com a ótica de diversos autores com o objetivo de demonstrar essa racionalidade. Posteriormente, nesse mesmo capítulo, houve uma apresentação de exemplos do processo de desenvolvimento de alguns países do ponto de vista histórico, de acordo com Chang (2002). Que concluíram que, de modo geral, políticas opostas ao livre comércio e a ausência de políticas industriais foram utilizadas.

Nesse sentido, como afirma Stiglitz (2006) e Thirlwall (2008), o livre comércio para países em desenvolvimento não se apresentaria benéfico por si só. Isso ocorre já que esse comércio livre reforçaria as vantagens comparativas estáticas desses países, que se encontram em setores considerados tradicionais, como a agricultura e mineração, setores de características menos desejáveis de produção e demanda: menor elasticidade renda da demanda por definição, menor produtividade e economias decrescentes de escala.

No capítulo três, por sua vez, foram utilizados alguns modelos – Thirlwall, Thirlwall Multi-Setorial e Pasinetti – que corroboraram com a análise de que deve haver uma preocupação com o conteúdo de o que o país exporta, importa e produz para seu desenvolvimento. Para que haja uma mudança estrutural positiva para o desenvolvimento Rodrik (2011), os países não desenvolvidos deveriam procurar produzir e exportar produtos de características desejáveis de produção e demanda.

No capítulo quatro há uma breve discussão metodológica, ao passo que no capítulo cinco há uma aplicação do que foi discutido nos capítulos anteriores para o caso brasileiro. Com isso, percebeu-se que o país está caminhando para um processo de mudança estrutural negativa, com um aumento e concentração de produtos primários e de características menos desejáveis de produção e demanda no seu conteúdo de exportações, e o inverso ocorrendo no conteúdo de suas importações, o que geraria uma piora no crescimento e desenvolvimento, de acordo com os modelos observados.

Com isso, percebe-se que o Brasil necessita, dentro do arcabouço teórico estudado, se esforçar em promover e incentivar a produção e exportação de produtos com maior elasticidade renda da demanda, maior produtividade, maiores encadeamentos produtivos e economias de escala. Para isso, concluiu-se que os esforços devem estar centrados em que se adote políticas industriais adequadas, como um câmbio competitivo, políticas de infraestrutura e competitividade e algum grau de proteção direcionada, para que se promova características de exportação, produção e mudança estrutural desejáveis para o desenvolvimento.

Foi proposto, com isso, que de acordo com Palma (2005, 2008), Chang (2002) Rodrik (2011), Thirlwall (2008) e Stiglitz (2006), uma política industrial bem feita que compreenda um câmbio competitivo, políticas de infraestrutura e competitividade e algum grau de proteção direcionada, seria necessária para que os países não desenvolvidos conseguissem fazer seu “cach-up”. Esse diagnóstico vai ao encontro do que firma Chang (2002) em seu livro “Chutando a Escada”, que mostra que, historicamente essas foram, em linhas gerais, as estratégias utilizadas pelos países hoje desenvolvidos para se desenvolver quando ainda eram países não desenvolvidos.

7. Referências Bibliográficas

Amartya Sen, ***Desenvolvimento como liberdade***. Trad. Laura Teixeira Motta. Ed. Companhia de Bolso. 2010[1999].

Amelia U. Santos-Paulino. **Aid and Trade Sustainability under Liberalisation in least Developed Countries**. *World Economy*. P. 972-997. 2007

Araujo, R.A. and G. Lima. **A Structural Economic Dynamics Approach to Balance of Payments Constrained Growth**. *Cambridge Journal of Economics*, September, 2007.

Araujo, Ricardo. **Cumulative Causation in a Structural Economic Dynamic Approach to Economic Growth and Uneven Development**. *Structural Change and Economic Dynamics*, Vol. 24, March 2013, Pages 130–140.

Bresser-Pereira e Gala. **Macroeconomia Estruturalista**. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, outubro-dezembro/2010

Cashin, P and McDermott, C.J. **The Long Run Behavior of Commodity Prices: Small Triends and Big Variability**. IMF Staff Pappers, May, 2002.

Chang, Ha- Joon. **Chutando a Escada, A estratégia de Desenvolvimento em perspectiva histórica**. Editora Unesp, trad. Luiz Antônio Oliveira Araújo. 2002.

Chang, Ha-Joon. **Bad Samaritans: Rich Nations, Poor Policies and the Threat to the Developing World**. Random House Business Books. 2007.

Dornbush, R. **The Case for Trade Liberalization in Developing Countries**, *Journal of Economics Perspectives*, Winter. 1992.

Heckscher, E. **The Effect of Foreign Trade on the Distribution of Income**, *Ekonomisk Tidskrift*, Vol. 21. 1919.

Holanda, Sérgio Buarque. **Livre comércio versus protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições**. *Revista de Estudos Econômicos*, Vol. 28, N. 1, P. 33-75, 1998.

Keynes, J.M. Evidence to the Macmillan Committee on Finance and Industry“ in Moggridge, D. (1981), **The Collected Writings of J.M. Keynes Vol.20: ctivities 1929-1931: Rethinking Employment and Unemployment Policies** (London: Macmillan). 1930.

Krugman, P. **Import Protection as Export Promotion: International Competition in the Presence of Oligopoly and Economies of Scale**. in H.

Kierzkowski (ed), *Monopolistic Competition in International Trade*, (Oxford: Clarendon Press) 1984.

Krugman, P. **Is Free Trade Passé?** *Journal of Economics Perspectives*. Vol. 1, N.2. P. 131-144. 1987.

Lin, Justin and Chang, ha joon. **Should Industrial Policy in Developing Countries Confirm to Comparative Advantage or Defy it?** *Development Policy Review*, 2009, 27 (5) 483-502

List, F. **The National System of Political Economy**, translated from the original German edition published in 1841 by Sampson Lloyd (London: Longmann, Green and Company). 1885.

McCombie, J.S.L. and A.P.Thirlwall. **The Dynamic Harrod Trade Multiplier and the Demand Oriented Approach to Economic Growth : An Evaluation.** *International Review of Applied Economics*, January, 1997.

McCombie, J.S.L. and Thirlwall, A.P. **Economic Growth and the Balance of Payments Constraint.** London: Macmillan, 1994.

Mill, J.S. **Principles of Political Economy.** London: Longmans, Green and Co. 1848.

Ohlin, B. **Interregional and International Trade.** Cambridge MA: Harvard University Press. 1933.

Oreiro e Feijó. **Desindustrialização: Conceituação, Causas, Efeitos e o Caso Brasileiro.** *Revista de Economia Política*, Vol. 30, nº2 (1180), pp. 219-232, abril-junho/2010.

Pasinetti, L. **Structural Dynamics : A Theory of the Economic Consequences of Human Learning.** Cambridge : Cambridge University Pres,1993.

Penélope Pacheco-López and A.P. Thirlwall. **Trade Liberalisation, the Income Elasticity of Demand for Imports and Growth in Latin America.** *Journal of Post Keynesian Economics*. Pg. 41-61. 2006.

Ricardo, D. **On the Principles of Political Economy and Taxation** (P. Sraffa, ed) (Cambridge University Press, 1951). 1817.

Rodrik, D. **Imperfect Competition, Scale Economies and Trade Policy in Developing Countries.** In Baldwin, *Trade Policy Issues and Empirical Analysis* (Chicago: Chicago University Press for the NBER) R. (ed) (1988)

Rodrik, D. **Rethinking growth strategies**, WIDER Annual Lecture 8 (Helsinki: United Nations World Institute for Development Economics Research). 2004.

Rodrik, D. **The Global Governance of Trade: As If Development Really Mattered**. New York: UNDP, 2001.

Rodrik, Dani, **The Real Exchange Rate and Economic Growth**, Brookings Papers on Economic Activity, 2008:2.

Rodrik, Dani. **Globalization, Structural Change and Productivity Growth**. NBER WORKING PAPER SERIES 17143, Margaret S. McMillan, 2011.

Sai-Wing Ho, P. **Distortions in the Trade Policy for Development Debate: A Reexamination of Friedrich List**. Cambridge Journal of Economics, September, 2005.

Smith, A. **An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. New York: Random House, 1937. (Edição com introdução, notas e resumo marginal e índice remissivo ampliado de Edwin Cannan e com introdução de Max Lerner, originalmente publicado em 1776)

Soares, Cristiane. **O modelo de balço de pagamentos restrito e desindustrialização: teoria e evidências para o caso brasileiro**. Tese de doutorado, Departamento de Economia, Universidade de Brasília. 2012.

Stiglitz, J. **Making Globalization Work**. New York: W.W. Norton and Co. 2006

Stiglitz, Joseph and Bruce Greenwald. **Helping Infant Economies Grow: Foundations of Trade Policies for Developing Countries**. The American Economic Review, Vol. 96, No. 2 (May, 2006), pp. 141-146

Thirlwall, A. P. **Trade Liberalization and The Poverty of Nations**. Edward Elgar. 2008.

Thirlwall, A. P. **The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences**, Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, n.128, 1979.

Thirlwall, A.P. **The Balance of Payments Constraint as na Explanation of International Growth Rate Differences**. Banca Nazionale del Lavoro Quartely Review, March, 1979.

Thirwall, A. P. **The Balance of Payments Constraint as an Explanation of International Growth Rate Differences**. *Banca Nazionale del Lavoro, Quartely Review*, N. 128, 1979

Thirwall, A.P. **Trade, the Balance of Payments and Exchange Rate policy in Developing Countries**. Cheltenham, UK: Edward Elgar. 2003
Vol. 1, No. 2 (Autumn, 1987), pp. 131-144